



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 193

PORTO VELHO-RO, QUARTA-FEIRA, 10 DE DEZEMBRO DE 2014

ANO III

SUMÁRIO

ASSESSORIA DA MESA	Capa
TAQUIGRAFIA	2166
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	2190
ADVOCACIA GERAL	2190

ASSESSORIA DA MESA

ATA DA TRIGÉSIMA NONA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA OITAVA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA.

Aos dois dias do mês de dezembro do ano dois mil e catorze, às dezoito horas e quarenta e três minutos, reuniu-se a Assembleia Legislativa do Estado, extraordinariamente, sob a Presidência do Senhor Deputado Hermínio Coelho – Presidente; Secretariada pelo Senhor Deputado Jaques Testoni; com as presenças dos Senhores Deputados Adelino Follador, Cláudio Carvalho, Edson Martins, Edvaldo Soares, Flávio Lemos, Hermínio Coelho, Jaques Testoni, Kaká Mendonça, Lebrão, Luiz Cláudio, Luizinho Goebel, Marcelino Tenório, Neodi, Ribamar Araújo, Saulo Moreira, Valdivino Tucura, Zequinha Araújo e Senhoras Deputadas Ana da 8, Epifânia Barbosa e Glaucione; e ausências dos Senhores Deputados Adriano Boiadeiro, Euclides Maciel, Jean Oliveira e Maurão de Carvalho. Havendo número regimental o Senhor Presidente declarou aberta a sessão. A ata da sessão extraordinária anterior foi dada por lida e aprovada e o Senhor Presidente determinou a publicação no Diário Oficial da Assembleia Legislativa. Passando-se à **ORDEM DO DIA**, foram aprovadas em segunda discussão e votação, pelo processo de votação nominal, com voto qualificado de 2/3, as Propostas de Emenda à Constituição: Proposta de Emenda Constitucional nº 020/13 de autoria do Deputado Cláudio Carvalho que “Altera os artigos 134 e 135 da

Constituição Estadual, tornando obrigatória a execução da programação orçamentária que especifica”, com 16(dezesseis) votos; Proposta de Emenda Constitucional nº 029/13 de autoria do Deputado Hermínio Coelho que “Acrescenta o artigo 101-A ao texto da Constituição do Estado de Rondônia”, com 18(dezoito) votos. Foram aprovados em segunda discussão e votação, pelo processo de votação nominal, por maioria absoluta de votos os Projetos de Leis Complementares nºs.: **221/14** de autoria do Poder Executivo/M 165 que “Altera o Anexo II da Lei Complementar nº 733, de 10 de outubro de 2013”, com 17(dezessete) votos; **223/14** de autoria do Poder Executivo/M 169 que “Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 622, de 11 de julho de 2011”, com 18(dezoito) votos; **225/14** de autoria do Poder Executivo/M 174 que “Acrescenta e altera dispositivos na Lei Complementar nº 233, de 6 de junho de 2000, revoga a Lei Complementar nº 784, de 30 de junho de 2014”, com 17(dezessete) votos; **229/14** de autoria do Tribunal de Contas que “Altera as Leis Complementares nºs.: 154, de 26 de julho de 1996; 194, de 12 de janeiro de 1997; 307, de 1º de outubro de 2004; 799, de 29 de setembro de 2014; 659, de 13 de abril de 2012 e dá outras providências”, com 14(catorze) votos; **230/14** de autoria do Tribunal de Justiça que “Dispõe sobre a criação de cargos efetivos e comissionados para o Poder Judiciário do Estado de Rondônia”, com 18(dezoito) votos. Foram aprovados em segunda discussão e votação, pelo processo de votação simbólica, por maioria de votos, os Projetos de Leis Ordinárias nºs.: **1027/13** de autoria do Deputado Cláudio Carvalho que “Dispõe sobre a utilização pelas polícias Militar e Civil de veículo automotor decorrente de apreensão em prática de crime de tráfico de drogas e aqueles que após exame pericial não tiver identificada sua procedência e propriedade em função de adulteração de sua numeração original – CHASSI, e dá outras providências”; **1028/13** de autoria do Deputado Cláudio Carvalho que “Institui a semana de conscientização e combate à automedicação no âmbito do Estado de Rondônia e dá outras providências”, com substitutivo; **1125/13** de autoria do Deputado Cláudio Carvalho que “Dispõe sobre o Programa de Prevenção e Controle de Infecções Hospitalares no âmbito do Estado de Rondônia”; **1169/14** de autoria do Deputado Cláudio Carvalho que “Torna obrigatório

MESA DIRETORA

Presidente: **HERMÍNIO COELHO**
1º Vice-Presidente: **MAURÃO DE CARVALHO**
2º Vice-Presidente: **EDSON MARTINS**

1º Secretário: **EURÍPEDES LEBRÃO**
2º Secretária: **GLAUCIONE RODRIGUES**
3º Secretário: **MARCELINO TENÓRIO**
4º Secretário: **VALDIVINO TUCURA**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretário Legislativo - **Carlos Alberto Martins Manvailer**
Chefe da Divisão de Publicações e Anais - **Róbison Luz da Silva**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE
RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO
OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 Porto Velho-RO

aos hospitais da rede pública e privada, contratados ou conveniados com o Sistema Único de Saúde – SUS, a disponibilização de meios que permitam a presença de acompanhantes para pacientes com mais de 60(sessenta) anos de idade quando internados, e dá outras providências”; **1177/14** de autoria do Deputado Flávio Lemos que “Declara de utilidade pública a Associação dos Moradores e Pescadores do Distrito de Jaci-Paraná – AMOP, no distrito de Jaci-Paraná”; **1250/14** de autoria do Poder Executivo/M 090 que “Autoriza o Poder Executivo a conceder aporte financeiro ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado – IPERON, por meio da doação de imóveis e dá outras providências”; **1307/14** de autoria do Deputado Cláudio Carvalho que “Dispõe sobre as exigências para internalização de títulos obtidos em instituições de ensino do MERCOSUL, no Estado de Rondônia e dá outras providências”; **1341/14** de autoria do Poder Executivo/M 161 que “Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por anulação até o montante de R\$ 177.345.977,95 em favor das unidades orçamentárias Recursos sob a supervisão da Secretaria de Estado de Finanças – RS/SEFIN, Departamento de Obras e Serviços Públicos – DEOSP, Superintendência Estadual do Esporte, da Cultura e do Lazer – SECEL e Secretaria de Estado da Assistência Social - SEAS”; **1383/14** de autoria do Poder Executivo/M 192 que “Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por anulação e por excesso de arrecadação até o montante de R\$ 25.152.766,87 em favor da unidade orçamentária Recursos sob a supervisão da Secretaria de Estado de Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN”; **1389/14** de autoria do Poder Executivo/M 193 que “Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por excesso de arrecadação até o montante de R\$ 130.600,00 em favor da unidade orçamentária Instituto de Pesos e Medidas – IPEM”; **1395/14** de autoria do Poder Executivo/M 210 que “Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Suplementar por Excesso de Arrecadação, até o montante de R\$ 46.513.478,45, em favor das Unidades Orçamentárias: Assembleia Legislativa – ALE, Tribunal de Contas do Estado – TC, Tribunal de Justiça – TJ, Ministério Público – MP, Defensoria Pública do Estado de Rondônia – DPE, Recursos Sob a Supervisão da SEFIN-RS-SEFIN, Secretaria de Estado da Educação – SEDUC e Fundo Estadual de Saúde – FES”; **1396/14** de autoria do Poder Executivo/M 208 que “Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Suplementar por Anulação, até o montante de R\$ 2.500.000,00, em favor da Unidade Orçamentária: Ministério Público do Estado de Rondônia – MP”; **1397/14** de autoria do Poder Executivo/M 209 que “Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Anulação, para atender às despesas correntes com Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida, Amortização da Dívida e Outras Despesas Correntes”; **1398/14** de autoria do Deputado Hermínio Coelho e Deputada Glaucione que “Revoga a Lei nº 3389, de 16 de junho de 2014 que ‘Estabelece normas sobre o credenciamento de fábricas de placas e tarjetas para veículos automotores, no âmbito do Estado de Rondônia, junto ao Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN”; **1399/14** de autoria do Deputado Adelino Follador que “Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 1252, de 11 de novembro de 2013 que ‘Dispõe sobre o atendimento ao consumidor nos caixas das agências bancárias e cooperativas de créditos do Estado de

Rondônia”. Nada mais havendo a tratar, e antes de encerrar a presente sessão, o Senhor Presidente comunicou realização sessão solene no dia 03 de dezembro do corrente ano, às 09:00 horas, em homenagem ao Servidor Constituinte da Assembleia Legislativa, no Teatro Palácio das Artes, em Porto Velho. Para constar, o Secretário da sessão determinou a lavratura desta ata, que após lida e aprovada será devidamente assinada pelo Presidente e Secretário da sessão. Plenário das Deliberações às dezenove horas e cinco minutos do dia dois de dezembro do ano dois mil e catorze.

ATA DA QUADRAGÉSIMA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA OITAVA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA.

Aos nove dias do mês de dezembro do ano dois mil e catorze, às dezenove horas e três minutos, reuniu-se a Assembleia Legislativa do Estado, extraordinariamente, sob a Presidência do Senhor Deputado Hermínio Coelho – Presidente; Secretariada pelo Senhor Deputado Lebrão – 1º Secretário; com as presenças dos Senhores Deputados Adelino Follador, Cláudio Carvalho, Edson Martins, Edvaldo Soares, Euclides Maciel, Flávio Lemos, Hermínio Coelho, Jean Oliveira, Kaká Mendonça, Lebrão, Luiz Cláudio, Luizinho Goebel, Marcelino Tenório, Maurão de Carvalho, Neodi, Ribamar Araújo, Saulo Moreira, Valdivino Tucura, Zequinha Araújo e Senhoras Deputadas Ana da 8, Epifânia Barbosa e Glaucione; e ausências dos Senhores Deputados Adriano Boiadeiro e Jaques Testoni. Havendo número regimental o Senhor Presidente declarou aberta a sessão. A ata da sessão extraordinária anterior foi dada por lida e aprovada e o Senhor Presidente determinou a publicação no Diário Oficial da Assembleia Legislativa. Passando-se à **ORDEM DO DIA**, foram aprovados em segunda discussão e votação, pelo processo de votação nominal, por maioria absoluta de votos, os seguintes Projetos de Leis Complementares nºs.: **224/14** de autoria do Poder Executivo/M 171 que “Altera a Lei Complementar nº 732, de 3 de outubro de 2013”, com 18(dezoito) votos; **232/14** de autoria do Neodi que “Dá nova redação aos artigos 4º, 5º, 26, 27, 36, 49, 53, 57 e 58 da Lei Complementar nº 665, de 21 de maio de 2012 que ‘dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações dos Servidores da Agência de Defesa Sanitária Agrossilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON”, com 17(dezessete) votos. Foram aprovados em segunda discussão e votação, pelo processo de votação simbólica, por maioria de votos, os Projetos de Leis Ordinárias nºs.: **1181/14** de autoria do Poder Executivo/M 025 que “Estabelece a oferta de Cursos de Formação Inicial e Continuada ou Qualificação Profissional, na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor Francisco Desmorest Passos, localizada no distrito de Nazaré, município de Porto Velho e dá outras providências”; **1201/14** de autoria do Poder Executivo/M 044 que “Institui o procedimento de descentralização de créditos orçamentários em matéria previdenciária e adota outras providências”; **1373/14** de autoria do Poder Executivo/M 181 que “Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por anulação até o montante de R\$ 688.040,00 em favor das unidades orçamentárias SUGESPE e SEAS”; **1403/14** de autoria do

Deputado Luiz Cláudio que “Declara de utilidade pública a Associação de Moradores Amigos do Bairro Centenário, em Rolim de Moura”; **1405/14** de autoria do Deputado Hermínio Coelho que “Proíbe a revista íntima dos visitantes nos estabelecimentos prisionais e dá outras providências”; **1406/14** de autoria do Deputado Hermínio Coelho que “Institui a Câmara de Defesa do Contribuinte – CADECON e dá outras providências”. A Proposta de Emenda Constitucional nº 030/14, de autoria do Deputado Hermínio Coelho, conhecido o voto do Relator, foi pedido vista pelo Senhor Deputado Euclides Maciel. Nada mais havendo a tratar, e antes de encerrar a presente sessão, o Senhor Presidente convocou sessão extraordinária para logo em seguida, com a finalidade de apreciar os Projetos de Leis Ordinárias nºs.: 1365 e 1366/14. Para constar, o Secretário da sessão determinou a lavratura desta ata, que após lida e aprovada será devidamente assinada pelo Presidente e Secretário da sessão. Plenário das Deliberações às dezenove horas e treze minutos do dia nove de dezembro do ano dois mil e catorze.

TAQUIGRAFIA

ATA DA 18ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA.

Em 13 de novembro de 2014

“PARA DISCUTIR ASSUNTOS DE INTERESSE DOS DESPACHANTES, FABRICANTES DE PLACAS DE VEÍCULOS E DE PROPRIETÁRIOS DE CENTROS DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES”.

Presidência dos Srs.
Hermínio Coelho – Presidente
Glaucione – 2ª Secretária

Lucivaldo Souza - Mestre de Cerimônias:

(Às 10 horas e 02 minutos é aberta a Audiência Pública)

O SR. LUCIVALDO SOUZA (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e Senhores, bom dia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo a Requerimento do Excelentíssimo Sr. Deputado Estadual Hermínio Coelho, Presidente da Assembleia Legislativa, realiza Audiência Pública objetivando debater assunto de interesse dos despachantes, fabricantes de placas de veículos e de proprietários de Centros de Formação de Condutores.

Temos a honra de convidar para compor a Mesa desta Audiência Pública o Excelentíssimo Sr. Deputado Estadual Hermínio Coelho, Presidente da Assembleia Legislativa e proponente desta Audiência Pública; Exma Sra. Deputada Glaucione, 2ª Secretária; Exmo Sr. Deputado Cláudio Carvalho; Sr. João Marcos Mendes, da Diretoria de Operações, representando o DETRAN de Rondônia, para tomar assento a Mesa; a senhora Solange Barros, Presidente do Sindicato dos

Condutores; o Sr. Marcizo Nogueira Borges, Presidente do Sindicato dos Despachantes; o Sr. Abel Lopes de Andrade, Presidente, SINDEFAPEV, Sindicato Estadual dos Fabricantes de Placas de Veículos; o Inspetor Alayr Saraiva, representando a Polícia Rodoviária Federal; Dr. Delegado Osmar Casa, representando a Polícia Civil.

Registramos e agradecemos a presença do Sr. Isaac Moreb, Procurador do DETRAN/RO; da Sra. Carolina Mota, Diretora de Habilitação do DETRAN/RO; do Sr. Cleiton Campos, representando a Coordenadoria de CIRETANS do DETRAN/RO. Srs. Sidney Eduardo e Tayná Cristina, da Diretora de Habilitação do DETRAN/RO; Sr. Rodrigo dos Santos Mariano, Secretário Municipal de Fazenda do Município de Ministro Andreazza; Sr. Eliézer de Oliveira, representando a Secretaria Estadual de Meio Ambiente, SEDAM; Sr. Lorival Farias Costa, proprietário da Espigão Placas do município de Espigão; Sr. Iwaldir Zonta, proprietário da Fabricação de Placas Líder, do município de Vilhena; Sr. João Hilário, vistoria de veículos do DETRAN/RO; Sra. Sandra Mara de Oliveira, delegada do Sindicato dos Despachantes do município de Rolim de Moura; Sr. Carlos Antônio de Freitas, proprietário da Pica Pau Placas; Dr. Célio Tavares, advogado do Sindicato dos Fabricantes de Placas de Veículos do Estado de Rondônia; senhoras e senhores Proprietários de Autoescolas de Porto Velho e dos municípios de Rondônia, fabricantes de placas de veículos, senhores Despachantes e Documentalistas de municípios de Porto Velho e demais do Estado de Rondônia. Registramos com satisfação a presença dos Deputados Maurão, Ribamar e Adelino.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública, com o objetivo de debater assunto de interesse dos Despachantes, Fabricantes de Placas de Veículos e de Proprietários de Centro de Formação de Condutores.

Convidamos a todos para cantarmos o Hino Céus de Rondônia, letra de Joaquim de Araújo e música de José de Melo e Silva.

(Execução do Hino).

Cumprimentar aqui a nossa Deputada Glaucione; cumprimentar o Deputado Cláudio Carvalho; também aqui o João Mendes, da Diretoria de Operações, aqui representando o DETRAN; a Solange, Presidente do Sindicato dos Centros de Formação de Condutores; o Marcizo Nogueira Borges, Presidente do Sindicato dos Despachantes; Abel Lopes de Andrade, Presidente do Sindicato Estadual de Fabricante de Placas de Veículos; o inspetor Alayr Saraiva, representando a Polícia Rodoviária Federal, obrigado Inspetor pela presença; do Dr. Delegado Osmar Casa, representando a Polícia Civil, obrigado, Dr. Delegado Osmar, pela presença.

Esta Audiência Pública ela foi pedida e reivindicada por várias pessoas, no sentido de discutir a problemática do DETRAN, mas não a... nós não vamos entrar, não foi reivindicado aqui, para nós discutirmos acidente de trânsito ou coisa parecida, que é lógico que nós vamos precisar, logo, logo discutir e debater isso também. Mas é mais para discutir sobre as problemáticas do DETRAN nessa questão de

despachante, de autoescola, a questão dessas placas que já foi reivindicada por várias entidades, porque tem uma legislação atual que, segundo muitos, tem prejudicado e não é a ideal. A nossa intenção aqui é que neste debate, que na discussão nesta Audiência a gente elabore propostas para modificar a lei, porque a gente quer que a lei seja para beneficiar a maioria, não é para beneficiar uma minoria. A intenção nossa é, somos meio leigos na área, vocês que conhecem o sistema, é que vive o sistema e através das sugestões, das ideias que forem saindo aqui nos debates, vão... está aqui o Manvailer, a equipe, os técnicos e no final vamos criar uma comissão para que essa comissão fique responsável de elaborar as propostas para trazermos depois para o Plenário para discutirmos a aprovação ou não com os Deputados.

Temos aqui a presença do nosso Deputado Ribamar Araújo, Deputado Adelino, Deputado Maurão.

Agradecer a imprensa, a todos os servidores da Casa. Obrigado a todos pela presença.

O SR. LUCIVALDO SOUZA (Mestre de Cerimônias) – Nós registramos e agradecemos também a presença do senhor Agnaldo Muniz, Advogado; do senhor Itamar Ferreira, Presidente da Central Única de Trabalhadores, CUT.
- Ofício nº1.642/14/GAB/DETRAN.
Porto Velho, 11 de novembro de 2014.

À Sua Excelência o Senhor
Deputado Hermínio Coelho,
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia NESTA

Senhor Presidente,

Honra-nos cumprimentá-lo e, na oportunidade reportamo-nos ao convite para participarmos da Audiência Pública, objetivando debater assuntos de interesse dos despachantes, fabricantes de placas de veículos e de proprietários de Centros de Formação de Condutores – CFCs, a ser realizada no dia 13.11.2014, às 09h00min, no Plenário das Deliberações da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Desta forma, confirmamos a presença dos servidores desta Autarquia arrolados a seguir:

- Sydney Eduardo Rego Maia Filho – Diretoria de Habilitação;
 - Carolina Lima Mota – Diretoria de Habilitação;
 - João Marcos Felipe Mendes – Diretoria de Habilitação;
 - José Isaac Saud Morheb – Procuradoria Jurídica.
- Respeitosamente,

Solange Ramires Salomão Gurgacz
Diretora Geral do DETRAN/RO.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Chamar o nosso Inspetor Alayr Saraiva, representando a Polícia Rodoviária. Com a palavra o nosso Inspetor Alayr Saraiva, representando a Polícia Rodoviária Federal.

O SR. ALAYR SARAIVA – Bom dia aos senhores presentes. Cumprimento o Presidente da Assembleia Deputado Hermínio. Agradeço pelo convite para a participação nesta Audiência. Quero cumprimentar os senhores da Mesa e os senhores Deputados também, que se fazem presentes; os senhores representantes e os credenciados do sistema DETRAN. Releva a importância dos senhores na formação de condutores e, principalmente para uso das nossas linhas públicas, que tão grande é a importância no desempenho dessas funções, porque não só explora uma fatia do mercado economicamente, mas representa o povo de Rondônia junto a uma instituição, no desenrolar dessas questões documentais e representa os proprietários de veículos com o desembaraço dos seus documentos junto ao DETRAN. Então o nosso comparecimento é mais para parabenizar pelo trabalho relevante dos senhores e a importância que vem desempenhando o trabalho de vocês junto a sociedade, junto ao DETRAN de forma representativa. É mais do que nunca como profissionais reconhecidos. E também colocar a Polícia Rodoviária a disposição às nossas dependências como também nossos policiais para no que for preciso ajudar no desempenho das funções dos senhores. Muito obrigado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, Inspetor, pelas palavras.

Convido o Deputado Cláudio Carvalho para fazer uma fala inicial.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – Bom dia a todos. Cumprimento o eminente Presidente Deputado Hermínio Coelho. Em nome do Presidente cumprimento os demais Deputados e a Deputada Glaucione; cumprimento o João Marcos nesse ato, representando o DETRAN; cumprimentar o Presidente do Sindicato do Centro de Formação de Condutores, a Solange; em seu nome cumprimento os proprietários de autoescola. Estou vendo a Dalva, o meu amigo Leonardo; em nome de vocês cumprimento a todos das autoescolas; cumprimentar o Presidente do Sindicato dos Despachantes, o meu amigo Marcizo; cumprimento o senhor Abel Lopes de Andrade, Presidente do Sindicato Estadual dos Fabricantes de Placas de Veículos; cumprimento o senhor Inspetor Alayr Saraiva, representando a Polícia Federal, e o senhor Delegado Osmar Casa, representando neste ato a Polícia Civil do Estado; senhoras e senhores; funcionários da Casa; imprensa.

Senhor Presidente, há tempos que temos contato com as autoescolas e despachantes, não por esta passagem minha pela Assembleia Legislativa, mas pelo fato de ter trabalhado com transporte, com trânsito, durante quatro anos nesta cidade diretamente na Secretaria de Transporte, por último na Câmara de Vereadores mais quatro anos. Então nós temos conhecimento bastante nesta área pelo acompanhamento, conhecimento a distância, mas quem tem o conhecimento pleno, Presidente Marcizo, é quem convive direto e que trabalha direto. E este trabalho de vocês tem uma importância muito grande, não só para vocês que atuam na área, mas para aquelas pessoas, o restante da população que necessita desses serviços. Quando uma vez por ano nós precisamos ir ao DETRAN para fazer a renovação do nosso documento, algumas destas vezes precisamos também renovar a placa do veículo. Uma dessas

vezes eu passava pela rua e um policial me abordou em uma blitz e falou: olha, a placa está apagada, você tem que trocar esta placa. E o carro vai ficar apreendido. Eu tive que comprar, parei o carro senhor Presidente e tive que comprar uma tinta e um pincel e na hora já pinteí, esperei secar para poder sair da blitz, lá. E meses depois, dois, três meses já era a renovação, tive que trocar a placa. Então a questão de trocar placa nem todo ano nós trocamos, mas a cada dois, três anos é necessário se trocar as placas dos veículos, por isso que também tem essa questão da prestação de serviços que tem sido alvo de críticas, não só de quem presta, mas de quem necessita dos serviços que a meu ver é muito caro. Hoje eu não me recordo a última vez que paguei, não sei se foi R\$180,00 nas placas, eu não sei se é este o valor. Mas acerca de um ano e pouco eu paguei R\$180,00 para colocar as duas placas no meu veículo. E sabemos que o custo de uma placa daquela, Deputado Aguinaldo, não custa R\$180,00. É claro que tem todo um custo a mais, porque tem a prestação de serviço, mas não tem a necessidade de ser, talvez, tão caro, isso olhando grosso modo, precisava olhar a planilha para saber porque esse valor. Será que é a falta de concorrência? É o momento para discutirmos isso aqui.

Local para se fazer as atividades para os novos condutores que tem que entrar no mercado, os novos motoristas. Cadê o espaço que nós temos na nossa cidade? Temos dificuldades. É outro ponto que nós precisamos discutir aqui. Quando eu fui Secretário da Prefeitura de Transporte de Trânsito o Município de Porto Velho doou uma área ao Sindicato, Solange, da Autoescola. E nós, já tem isso há seis anos eu imagino, e até hoje. Que foi feito um acordo com o DETRAN. Foi o seguinte: a Prefeitura doava o terreno e o DETRAN com o sindicato das autoescolas, Presidente faria aquele serviço mínimo para dar as condições para as autoescolas colocarem para atuar naquele local. Até hoje aquele terreno se encontra no mato não foi feito nada. Então, eu acho que esse momento, agora aqui, não é muito de dizer quem está faltando fazer alguma coisa, de criticar. Está errado? Está. O que nós podemos fazer para que Porto Velho/Rondônia tenha um serviço prestado melhor? Eu imagino que o DETRAN tem esse interesse e eu imagino que cada um de vocês das autoescolas e cada um de vocês municípios seja de Porto Velho, seja de outro município necessita ter um serviço melhor. E por fim, entre todas as coisas negativas que a gente vê, esses dias eu fui renovar um documento do carro e me falaram que lá na zona leste, na Mamoré, tem um anexo do DETRAN que lá poderia pegar o documento que já estava com as taxas pagas, para a minha surpresa eu fui lá em dois minutos eu consegui pegar o documento do carro. Então, tem coisas erradas, tem coisas ruins, mas a gente consegue também, eu que não sou situação para está defendendo esse Governo, muito cheio de problema, mas se consegue. Nesse caso eu peguei o documento do carro em dois minutos. Então, tem coisas que precisa ser melhorada, tem algumas coisas que já está andando mais ou menos, mas o intuito aqui é discutir e arrumar solução para aqueles problemas que nos atinge.

Obrigado e ficarei até o fim da Audiência Pública para que eu possa contribuir no debate.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – obrigado, Deputado Cláudio.

Vou chamar para fazer uso da palavra a nossa Presidente do Sindicato dos Centros de Formação de Condutores, a Solange Barros.

A SRA. SOLANGE BARROS – Bom dia a todos. Quero agradecer está Casa através do Presidente Hermínio Coelho, e os Deputados aqui presentes, a oportunidade para que nós possamos expressar as nossas dificuldades ao longo desse tempo todo e agradecer as autoescolas que vieram do interior aqui dar esse apoio para gente.

Presidente, Nobres Deputados e os Poderes que aqui estão direta e indiretamente. Nós temos um problema desde 2009. Foi implantado no Estado de Rondônia, a biometria, só que essa biometria ficou em dez municípios, 42 nunca entraram. E hoje, nós temos uma evasão muito grande de candidatos procurando os municípios onde não tem a biometria. Essa biometria, nos 10 municípios poderiam pelo menos ser compensada, não é gente? com o Centro de Treinamento, mas, está se fazendo pingado o Centro de Treinamento. Outra coisa, que eu queria falar para vocês. Nós temos aí desde 2010 as aulas noturnas, essas aulas noturnas nos 10 municípios têm biometria se tem as aulas noturnas, aonde não tem nos 42 municípios, não tem aula noturna. Outra coisa que eu quero falar sobre essa biometria, aonde tem biometria, 12 aulas é o que o instrutor pode dar; nós outros municípios ele vai até meia-noite. Então, tem causado um prejuízo muito grande, não vejo atitude de força para que se termine de implantar a biometria nos outros municípios. Eu levantei algumas questões, mandei para o Ministério Público. Eu mando documento, eu pergunto, e vem àquela resposta vazia, cita até setores que eu até desconheço. Então, um dos problemas maiores hoje nosso, é a biometria, sei que já foi dado entrada, foi dado no Ministério Público, já saiu do Tribunal de Contas e se perdeu, não sei mais por onde está.

Essa questão da biometria e das aulas noturnas é um problema muito sério, por quê? Ela não tem trazido benefício nenhum para a nossa categoria, só deixa os nossos instrutores, os nossos alunos fiquem a noite correndo risco de vida. Nós não temos uma iluminação perfeita, nós não temos uma pavimentação perfeita, nós não temos a segurança. eu não posso dizer que é perfeito, então é meio termo, nós não temos segurança de jeito nenhum para dar para os nossos instrutores. Os nossos candidatos, estão aí. Mas, aí vem aquela questão: “é uma Lei Federal”. É, é uma Lei Federal, mas eu não vejo a atitude do nosso Governo de pleitear isso, brigar e mostrar a realidade do nosso Estado. Não vejo, de maneira nenhuma e tenho visto isso lá para fora, em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, no Paraná, tem até Presidente, o Deputado do PT, Vicentino, lá de São Paulo, ele se expõe para que acabe com as aulas noturnas ou que ela fique opcional. Agora em janeiro, agora em janeiro, vai aumentar mais cinco aulas, de 20 vai aumentar para 25, sendo que 05 é aula noturna. Como que a gente vai fazer?

Outra coisa que eu quero falar para vocês é sobre a questão de mão de obra, a mão de obra está escassa. Hoje o DETRAN, Escola Pública de Trânsito, SEST/SENAT eles formam o instrutor, mas nós não podemos contratar eles, por quê? Porque a resolução diz que ele tem que ter um ano de experiência, e eu tenho para mostrar aqui para esta Casa que

nos outros Estados eles não fazem cumprir essa obrigatoriedade é somente aqui para dificultar os nossos trabalhos.

Sabemos que esse é o pronunciamento lá do Sindicato dos Trabalhadores de São Paulo, ele fala até da concorrência predadora, falta de mão de obra, as aulas noturnas, faz com que fique desleal a concorrência.

Quero expor para vocês outro problema e quero agradecer também ao Governo do Estado através do DETRAN. Ji-Paraná tem uma área para 13 autoescolas; Rolim de Moura tem uma baita área para quatro autoescolas. Ji-Paraná, quero até se tiver algum representante de Ji-Paraná aqui e dizer que parabéns! Já vai fazer a segunda área, já está se fazendo a segunda área. Porto Velho, onde tem 34 CFC está... não tem nem intenção por parte do Poder Público de fazer essa área. Hoje, a gente de 2012 a julho de 2013, Porto Velho rodou 74 mil e poucas habilitações; Rolim de Moura, Ji-Paraná, Vilhena, São Miguel, São Francisco, aonde tem a área e onde se tem a intenção, juntando todos esses municípios dá 64 mil. Então, quer dizer, Porto Velho tem a maior arrecadação e para nós não tem nenhuma intenção nesse sentido de fazer com que o candidato tenha prazer de aprender e o instrutor prazer de ensinar. Essas são as nossas dificuldades, diante de muitas outras que nós temos. E gostaríamos também de agradecer, nem mesmo o Deputado Cláudio falou, tem os pontos negativos e os pontos que são positivos. Em relação ao Zoneamento, o Zoneamento está na 358, foi regulamentada na 1406, o DETRAN tem se mantido nisso, quero agradecer, porque nós não temos condições de colocar mais CFC no Estado, tem município que tem dois, no nosso aqui que é maior tem 34, está faltando só um pouquinho mais de atenção na questão de fiscalizar. Os 42 municípios, aonde não tem a biometria é a questão do preço, onde o preço é bem baratinho e sabem o por quê? Porque a Corregedoria do DETRAN tem um estudo feito quanto que custa uma habilitação. Eu sei porque vivo na Corregedoria e sei. E tem um estudo feito por uma Consultoria, por um escritório de Contabilidade, pelo SEBRAE falando do preço. Não quero falar de preço mínimo nem preço alto, só quero dizer que onde está baixo, do porquê, se aquele preço não condiz nada com a realidade da habilitação. Isso é livre, gente.

E quero agradecer. O DETRAN também fez uma Portaria para se manter o preço do estudo, mas foi a nossa própria categoria que tirou isso de circulação. Então, os pontos bons eu vou falar e os pontos negativos eu também vou falar. Questão do atendimento: o atendimento no DETRAN precisa melhorar muito, os atendentes precisam ter mais prazer em atender, porque muitas vezes somos nós, e quando é o usuário? Na greve que teve o atendimento para o usuário, não era para as autoescolas. Eu vi que houve muita insatisfação e precisa melhorar, porque lá, como em todo lugar, tem que se pegar uma senha e esperar para ser atendido, até mesmo nós credenciados. Outra coisa que eu quero pedir aqui, nobre Deputado, é a questão da categoria D. A categoria D, quando o aluno termina de fazer a prova, eu tenho que pegar a habilitação dele e entregar lá no DETRAN para poder pegar outra. Eu acho isso errado. Na Habilitação está os dados pessoais do cidadão, pertence a ele, é ele que tem que ficar com esses dados pessoais. Eu não tenho que pegar e passar para ninguém. Isso foi provado na Operação Mare de Lé, que estavam pegando habilitação daqui e mandando para outro Estado para fazer

lavagem de habilitação e foi comprovado que não tinha nenhuma autoescola envolvida nisso. Então eu acho que nós temos que prestar os nossos serviços, mesmo porque o candidato, quando procura a gente, é o nosso papel, mas é do DETRAN também, servir o usuário e o candidato e principalmente nós, que temos a concessão, trabalhamos redondinho, todo ano temos que fazer o nosso credenciamento. Se nós não estivermos redondinho, nós não estamos no sistema. O que eu quero do Governo, desse Governo que está aí e vai nos representar novamente? Ele fala muito de cooperação, eu preciso disso: de cooperação, de parceria, como é nos outros Estados lá fora. Lá, eu recebo revistas, jornal, de parceria de Sindicato e DETRAN do Mato Grosso, de São Paulo, de Santa Catarina. Aqui não tem isso. Exemplo disso, eu até agora não recebi o convite para inauguração da pista de Vilhena, não recebemos o convite. As autoescolas não recebem convite para participar da Campanha Nacional de Trânsito. Nós fazemos parte disso, somos nós que formamos, mas não fazemos parte disso, não tem convite para a gente, tem para cooperar, mas não para participar. Então eu quero dizer para vocês que fica muito difícil esse trabalho. Mas agora eu vou falar de algo mais grave no nosso segmento.

Eu quero dizer para vocês, que a autoescola que trabalha direitinho, entra governo, sai governo e a gente permanece. É isso. Então eu quero dizer que nós somos parceiros, nós temos que ter parceria porque nós tratamos de vidas. É vida que nós ensinamos, então eu preciso da cooperação do governo. Não criar Portaria para dificultar o trabalho das autoescolas, porque eu não tenho nem palavras para dizer o que aconteceu no começo do ano. Meu funcionário foi dar entrada num processo, a foto estava preta, mas o rapaz era moreno. Devolveram o processo porque eu tinha que clarear. Como é que eu clareio a foto de um moreno? Me diz. Outra coisa que eu quero dizer para vocês. A identidade, se a identidade estiver soltando um plasticozinho não vale, tem que tirar outra. Então, cabe ao DETRAN, viu Diretoria de Habilitação? cabe ao DETRAN ter um site, um convênio com o Instituto, de onde vêm os dados pessoais da pessoa, para conferir. Não nos devolver a documentação, porque nós não estamos ali, para dificultar o nosso trabalho. Isso nos atrapalha, dificulta para o usuário, para o candidato, para a população. Vocês que precisam fazer a conferência, se tiver algum dado errado, manda para a Corregedoria, porque esse é o papel da Corregedoria, entendeu? Investigar, montar processo administrativo e tirar fora.

Outra coisa que eu quero falar para vocês, é sobre a questão de fazerem Portaria para punir uma das autoescolas, punir autoescola porque ela fez algo errado. Então eu quero pedir aqui que puna essa autoescola porque ela tem o CNPJ dela, não as demais, fazer Portaria para dificultar o serviço de todo mundo. Eu acho isso errado também. Outra coisa que eu quero expressar, como eu falei, é sobre algo bem perigoso, é a questão da Banca Examinadora. A Banca Examinadora, o examinador acaba de fazer o curso no SEST/SENAT ou na Escola Pública de Trânsito, ele sai de lá com uma declaração que fez o curso e já é contratado para examinar. Isso é uma coisa muito séria. É por isso que eu peço a esta Casa de Leis critérios, critérios para se montar a Banca Examinadora, não pode ser qualquer um, porque o ato dele vai refletir lá na frente.

Pode acontecer um acidente, uma família perder o seu ente querido, seu pai, sua mãe, seu irmão, qualquer um pode ser vítima, até o pedestre, por quê? Porque ele não está preparado e nem qualificado para examinar. Outra coisa que eu quero falar, é sobre o examinador. Para ser examinador, ele tem que ser instrutor. E para ser instrutor, hoje, tem que ter categoria D, mas para ele examinar não tem. Como prova disso, eu tenho aqui um prontuário de uma examinadora que só tem B. Está aqui nobres Deputados, para todo mundo ver, plateia, para vocês verem. Só tem uma categoria e está examinando todas as categorias. Ela não está examinando a categoria que ela é habilitada, mas todas as categorias. Então, tem que ter critérios. Eu não me incomodo com a indicação, eu me incomodo com quem está sendo indicado. Não entro nesse mérito de quem vai ser, pode ser qualquer um, mas desde que ele tenha formação para isso. Mas também tem documento meu no Ministério Público pedindo para que fossem pessoas do quadro do DETRAN, aonde estudaram para fazer um concurso, leram um Código de Trânsito, tiveram que fazer treinamento, não uma pessoa qualquer que foi lá fazer o curso de 45 horas, se eu não me engano, de instrutor e faz mais uma semana para fazer examinador e já vai examinar. Eu já presenciei examinador tirando a categoria D, eu vi que ele não passou, mas ele foi aprovado. Esse prontuário aqui está na Corregedoria, ela apareceu com a categoria A e está fazendo a D. E eu peguei o prontuário ontem, ela só tem B. Então, são essas coisas que fazem com que tenhamos uma preocupação muito grande, porque o aluno faz tudo bonitinho e reprova e, às vezes, aquele que faz errado é aprovado. Então tem que ter critérios. Eu peço até que se crie como em outros Estados, vamos fazer o nosso Centro de Treinamento. Quero pedir para que os nossos Deputados nos ajude para nós termos o nosso Centro de Treinamento aonde tenha uma câmara para ver o examinador examinar aluno. Isso é necessário. A gente precisa, é disso que precisamos, não de obrigação, obrigar, obrigar, obrigar. Porque fazer uma Portaria, fazer uma Lei... eu gostaria até que o Deputado Cláudio, Luiz Cláudio estivesse aqui, porque ele é o representante, no ano que vem, de Rondônia na Bancada Federal. Fazem as leis para a gente cumprir, sabendo que cada Estado não tem condições nenhuma para atender essa Lei. E o DETRAN de Rondônia não faz nada para nos ajudar dizendo que Rondônia, hoje, não tem condições disso. Quero dizer para vocês aqui, que tem nove Estados no Brasil que não tem biometria. Eu acredito que Rondônia deve estar incluído nesses nove, mas acontece que tem menos da metade e isso está prejudicando, fazendo uma concorrência desleal. Então eu quero pedir que coloque ou que tire, mas ficar do jeito que está não dá. Porto Velho, aonde tem a maior quantidade de habilitação, isso é estatística do ano passado, desse ano eu só vou poder ter em janeiro. Então eu estou aqui para pedir apoio, cooperação do Governo que está aí, cooperação do Governo que vai vir. Preciso da ajuda dos deputados. Quero agradecer o Deputado Hermínio que deu essa oportunidade lá atrás, para estarmos aqui presente, Deputado Cláudio Carvalho que sempre tem nos ajudado também, o Marcizo está aqui, parceiro meu. Às vezes para eu conseguir as coisas agora no DETRAN eu tenho que chamar o Marcizo para me acompanhar para ser duas categorias falando a mesma coisa. Eu e esse Marcizo chegamos no DETRAN até para falar uma coisa boba, sabe qual, gente?

Fizeram uma portaria errada dizendo que a Carteira de Trabalho não vale como documento de identidade. Onde isso? Então, são coisinhas pequenas que eu acho que vão desgastando o nosso meio e muitos vão se perdendo pelo meio do caminho, vão repassando suas autoescolas para outros para ter uma vida mais tranquila. Eu estou a frente deste sindicato há três anos, e estou aqui para defender os nossos interesses, que são os de vocês que estão aqui, do interior e da capital. Como eu disse, agradeço onde tem o Centro de Treinamento e parabênizo o município de Ji-Paraná onde já se está fazendo outro. Mas eu quero falar aqui com o Deputado Cláudio Carvalho, Deputado Hermínio, Zequinha Araújo, Ribamar Araújo, deputados da nossa capital que nos ajudem a ter o Centro de Treinamento... se a gente faz o maior número de habilitação. E se eu esqueci de alguém aqui, quero pedir até dos demais, porque é difícil para nós. Para o DETRAN fazer a prova no nosso Centro de Treinamento nós tínhamos que gastar cento e noventa e dois mil, quem é que tem com essa concorrência desleal? O pessoal está saindo daqui para ir para Candeias, são dez minutos, não tem biometria, se faz uma presença por escrito numa vez só, Deputado Jean de Oliveira, entendeu, faz a lista de presença e só volta um dia antes da prova para fazer um pequeno treinamento e vai lá e faz a prova, e para nós não, nós temos que respeitar 16 horas diurnas e 03 horas noturnas, isso está causando um prejuízo muito grande na nossa sociedade. Nós somos cooperadores do DETRAN, nós somos pagos para dar o teórico e o prático, o DETRAN para fazer o serviço dele, mas acontece que nós estamos fazendo tudo, nós somos a Corregedoria, nós somos os atendentes porque nós preenchemos a capa de processo, nós somos tudo.

Outra coisa que eu quero falar para você. Eu não renovei a habilitação de um candidato há um tempo atrás porque a identidade dele é de 1994, então ele estava renovando a habilitação dele pela quarta vez e a habilitação dele era rubricada e a identidade era escrito por extenso, mas eu tinha um documento, como a gente tem que ter um comprovante, o termo de compromisso e o termo de residência e estava autenticada a rubrica dele no cartório, não valeu, você acredita? Ele tinha que fazer o procedimento como estava na identidade lá dos tempos atrás. Quer dizer que o cartório não tem fé pública mais? São tantos absurdos que a gente as vezes fica até anestesiado, é só depois que a gente chega em casa e se tranquiliza que até ri, como a foto do moreno, como a questão da assinatura. Eu quero dizer para vocês, dia 20.11 é inauguração da pista de Vilhena para nove autoescolas. Rolim de Moura tem quatro autoescolas e tem uma gigantesca pista lá para treinamento, e eu peço para vocês, ajudem Porto Velho. São trinta e quatro autoescolas, Deputado Adelino Follador, trinta e quatro autoescolas, não tem centro de treinamento. No Governo passado a prefeitura doou a área, fizemos uma solicitação ao DETRAN, parceria com o DETRAN, passamos essa mesma área para o DETRAN e o DETRAN devolveu porque disse que não tinha condições de fazer. E cadê os serviços prestados das autoescolas? Entendeu? Porque eu estou falando em números aqui, setenta e quatro mil e seiscentas e poucas habilitações e porque lá em Rolim de Moura que só tem quatro, o número é bem menor, tem o centro de treinamento, em Ji-Paraná, São Miguel e São

Francisco do Guaporé tem a intenção, já tem o projeto, depois de Vilhena vai lá para Ariquemes. Poderia pelo menos vir para Porto Velho, não é? Pode parecer bobagem, mas é muito importante. Porque hoje, nobres Deputados, funciona assim. Os seus filhos também tiram habilitação, seus netos, seus amigos e eles correm perigo, perigo de vida nas aulas noturnas e por não ter um centro de treinamento adequado, porque lá onde a gente treina tem caramujo africano, mosquito da dengue, porque... cadê o Poder Público para nos ajudar? Parece que Porto Velho não existe. Mas eu quero agradecer aqui de coração onde já tem, e parabenizar Ji-Paraná que já tem uma e está fazendo outra, eu como presidente fico muito feliz com isso, mas entristecida pela nossa capital onde tem o maior fluxo de habilitação.

Quero deixar meus agradecimentos aqui, eu espero que a diretora do DEHMET interina, ouça direitinho, leve lá, o João Marcos aqui do DETRAN, os representantes do DETRAN, que é difícil não ter um atendente que saiba conferir uma documentação, é muito difícil mandar o cidadão que em 94 assinava por extenso e que em 2014 ele faz uma rubrica renovando a sua habilitação pela terceira vez. Então que os atendentes passem por reciclagem, por curso de atendimento, isso é importante no nosso meio.

Quero agradecer aqui a presença de todos e agradecer a todos os Pares que estão aqui e que ouviu as nossas dificuldades.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, Presidente Solange.

Com relação ao espaço de treinamento das autoescolas aqui de Porto Velho, realmente é vergonhoso, porque parece que tudo em Porto Velho, como eles gostam de judiar de Porto Velho... é uma vergonha uma capital como a nossa não ter um espaço decente para as autoescolas e as pessoas que precisam tirar habilitação. É necessário praticar ou no meio da rua ou naquele espaço lá que não tem nem a estrutura mínima, não tem cobertura, o espaço é pequeno. Mas nós estamos ajudando, já pedi para a Assembleia através da engenharia e arquitetos fazer um projeto até cobrindo aquela vala, aquele canal que tem lá para aumentar o espaço e nós vamos colocar recursos sim, eu garanto para vocês que eu vou colocar emenda e vamos trabalhar para que outros deputados, cada um coloque um pouquinho, principalmente os de Porto Velho. Mas é uma vergonha. O DETRAN não precisaria disso, o DETRAN arrecada muito dinheiro, tem dinheiro sobrando, dinheiro para dar para o Governo, o Governo vive direto metendo a mão no dinheiro do DETRAN e não faz um espaço.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Presidente, essa incoerência com Porto Velho, como a gente ouviu a presidente falando aqui, criando a segunda pista onde pode ser feita a prática das aulas da autoescola, a preparação para tirar habilitação, já é a segunda em Ji-Paraná e nós ainda não temos na capital. Eu acredito que deveria se iniciar pela capital. Eu sou um Deputado oriundo também do interior, tenho forte base no interior do Estado, mas não podemos descartar a importância da capital, nós estamos falando da cidade mais importante do Estado, por isso que é denominada capital, tudo deve se iniciar por aqui, o modelo, o projeto piloto tem que começar por Porto

Velho, e é realmente uma vergonha a situação das autoescolas hoje ter que fazer a prática das suas aulas nas ruas, inclusive, eu convivo com essa situação todos os dias porque é perto da minha casa, da minha residência ali no bairro Lagoa, e a gente tem visto a dificuldade que é isso. Só queria dizer Presidente, que essas incoerências, por várias vezes, eu vim a essa Tribuna dizer que o DETRAN estava cometendo equívocos, e somos nós Parlamentares que somos fiscais do orçamento, inclusive, somos nós que fazemos, liberamos os gastos que o DETRAN vai ter. Quantas vezes, eu não questionei suplementação de vinte, trinta, quarenta milhões de reais, para o DETRAN para sinalização que eu acho muito importante, inclusive, eu já usei parte das minhas emendas para sinalizar alguns municípios, mas sinalizando sem qualquer tipo de discussão, sem qualquer tipo, sem mensurar a importância disso ou daquilo. O DETRAN está tendo uma vida própria que um órgão público não pode ter. Um órgão público, tem que ter o seu regimento, ele tem que ter o seu acompanhamento, a sua fiscalização, e o DETRAN infelizmente nadou de braçada nesse mandato durante esses quatro anos. Inclusive daqui a pouco eu vou usar a palavra, mas tudo isso que nós estamos vivendo esse momento nessa audiência pública é dado porque o DETRAN ficou frouxo, DETRAN não sofreu fiscalização, não é sofrer fiscalização porque a palavra sofrer no sentido equivocado, não houve um acompanhamento das ações da gestão do DETRAN, o DETRAN ficou como quis. Houve a substituição do diretor, escolheram como quiseram, substituíram o Diretor Airton, aí assumiu a Diretora Solange, que é sua esposa, continuou o mesmo sistema. Eu acho que nós precisamos colocar um ponto final. Existem muitas pessoas que questionam o DETRAN. Hoje o órgão mais odiado do Estado é o DETRAN. Quem está sofrendo é o contribuinte, é o cidadão que tem que pagar o emplacamento, o IPVA, que tem que pagar as taxas que cada vez cresce mais, e o DETRAN... quantas vezes a tivemos que revogar o que foi votado aqui nesta Casa. Então, eu acho que o primeiro ponto, nós devemos ajustar mais a nossa fiscalização ao DETRAN e termos cuidado quando formos aprovar projeto do DETRAN, porque várias vezes aprovamos aqui oito milhões de reais para a sinalização de trânsito vertical, mas seis milhões para a horizontal quando podíamos ter guardado, ressaltado dois, três milhões para poder construir uma pista aqui para Porto Velho. Então, acho que precisamos ter esse ponto de vista, precisamos ter essa cautela.

A audiência pública, hoje, ocorre em momento oportuno, e acredito que é a oportunidade de no próximo mandato, porque é um mandato que continua, o governador foi reeleito, não sei se o DETRAN permanece com as mesmas pessoas, mas nós temos que colocar um basta nessa forma de gestão que o DETRAN tem, uma independência total. Nós fiscalizamos aqui o DER, o SEDAM, e o DETRAN está passando batido, e é uma das principais autarquias, é um dos principais órgãos do Executivo, é um dos principais órgão arrecadador e não tem sido discutido aplicação desse recurso, desse grande volume de recurso que o DETRAN tem. Por isso é louvável sua iniciativa de chamar essa responsabilidade novamente para esta Casa, a Casa do povo, a Casa que tem que ser discutida é essa aqui. Essa audiência pública é uma das essências da democracia. É necessário se chamar todos para juntos construirmos uma

alternativa melhor para esse Órgão público, para o DETRAN. Não podemos mais admitirmos esses erros.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Eu só discordo de Vossa Excelência, Deputado Jean, quando Vossa Excelência diz que nós fiscalizamos o DER e a SEDAM. Nós não fiscalizamos nada, nada, eles deitam e rolam a vontade em todo canto. Até porque eu fiz denúncias de flagrantes de pessoas metendo a mão no dinheiro, e não deu nada. Eu vou fiscalizar mais o quê?

O SR. JEAN OLIVEIRA – Presidente, eu queria só fazer uma ponderação agora, e queria que Vossa Excelência e todos nós aqui que somos participantes disso aqui. A Assembleia tem que fiscalizar, nós não temos só que falar e levar denúncia para o Ministério Público, porque quem tem o dinheiro na conta é o Executivo, mas quem assina o cheque é a Assembleia. Então, nós temos que regar sim, fiscalizar o orçamento, nós temos o instrumento, a ferramenta para impedir o gasto aleatório para impedir que o DETRAN invista onde quer, que a SEDAM pegue o recurso e faça o que quiser. Somos nós que temos esse poder. Portanto, só temos que exercer a nossa função é isso. Eu acho que essa questão de falar que nós não fiscalizamos é um equívoco nosso, e serve para que a gente use a oportunidade para não cometer o equívoco que já foi cometido no passado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Não, o problema aqui é esse, os Deputados gostam de jogar a responsabilidade nas costas da Assembleia, e quem manda no orçamento, quem faz o que bem entende no orçamento é o Governo, e o Governo tem a maioria na Casa, ele aprova tudo que ele quer aqui, Deputado Jean. Não adianta ficarmos com discurso aqui.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – Senhor, Presidente, o que o Deputado Jean, coloca, é verdade que nós fiscalizamos e assinamos o cheque não é isso? Só que nós assinamos o cheque em branco e entregamos para o Governo. O que adianta tem o poder de assinar, assina e entrega o cheque em branco? O que ocorreu e tem ocorrido principalmente no DETRAN, é que a transferência do recurso do DETRAN homologada por esta Casa para qualquer órgão que o Governo queira, tirando a responsabilidade que é com o trânsito e passando para outras pastas. E nós fizemos isso sempre que ele precisou, e a cocha de retalto que é o orçamento... e exatamente por causa disso, que quem está no DETRAN sabe da dificuldade, mas sabe que o dinheiro que entra do trânsito é tirado e retirado por outra coisa e nós aqui na Assembleia damos amém direto para esse Governo... não com o meu voto.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Deputado Jean, e Deputado Cláudio, vamos chamar o pessoal que estão inscritos para fazer o uso da palavra.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Eu gostaria de fazer um pedido, só para que o senhor... eu cheguei um pouquinho atrasado, eu acompanhei o pronunciamento da Presidente, e queria que o senhor falasse para mim, como é que vai decorrer a Audiência. Eu vi aqui que são vários setores que tem interesse, nessa Audiência pública, ela não é específica para um assunto, trata

da autoescola, dos Despachantes e também dos Fabricantes de Placas. Eu queria que o Senhor fizesse um resumo de como vai ser o encaminhamento da Audiência, até para que eu me prepare para fazer uso da palavra como eu quero.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Não, nós temos que deixar o povo falar.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Não há mais a Ordem? não tem Ordem?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Não. Vamos discutir e depois no final, elaboramos através das propostas e das ideias. A intenção aqui é de, talvez, modificar a legislação em alguns pontos, mas queremos tirar do debate essas ideias e as sugestões para depois encaminharmos.

Eu vou chamar para fazer uso da palavra e vou pedir para que seja bem breve para que todos que queiram falar tenham direito de usar a Tribuna. O proprietário da Fábrica de placas no município de Vilhena, Iwaldir Zonta.

O SR. IWALDIR ZONTA – Bom dia a todos os Deputados, Componente da Mesa, Presidente da Assembleia, as pessoas que foram convidadas estão presentes nessa Audiência Pública. Nós somos fabricantes de placas, estamos aqui defendendo nosso direito de fabricante de placa. Temos um presidente de Sindicato de Fabricante de Placas que é o seu Abel, Abel de Andrade, é o Presidente dos fabricantes de placas. Eu estou aqui defendendo a minha classe da seguinte forma. Foi feita uma lei agora, a 2980, essa última lei agora, a qual foi tirado de nós o direito como fabricante de placa. A minha firma é desde 1998, nós somos credenciados há 12 anos, e foi tirado o nosso direito, o nosso credenciamento, fomos descredenciados, não tivemos o direito de permanecer como fabricante de placa. Foram abertas novas vagas dentro de alguns municípios, mas não foi garantido o direito de quem já tinha o direito adquirido de fabricante de placa de 10, de 12 anos. Tem gente com muito mais tempo que isso. Os cartazes estão aí, inclusive, para que essas novas vagas fossem discutidas por outras empresas, mas garantir o direito de posse de quem já estava no mercado, isso não foi garantido o direito de posse, foi tirado esse direito de garantia de nós fabricante. Nós não tivemos, apesar de participarmos há 12 anos de credenciamento, nós tivemos a mesma oportunidade de quem entrou no mercado hoje e que nem o equipamento tem, enquanto nós temos um investimento de equipamento, que na época era muito mais caro. Hoje só viramos estampador, o equipamento é muito menor do que isso, mas na época o investimento era maior. Então, foi nos tirado esse direito de garantia de nós continuarmos e abrimos as novas vagas para outras pessoas que quisesse se credenciar dentro do mercado. Então, não foi nos garantido. E também no dia 25 de julho... eu quero chamar muita atenção aqui, no dia 25 de julho, fui chamado, foi feita a chamada pública, no dia 25 de julho, no dia 25 de julho, mesmo, foi credenciado 23 novas empresas, inclusive, com filiais na mesma cidade, em outras cidades. 23 empresas foram credenciadas nesse mesmo dia. Então, isso quer dizer, você abre uma empresa e no mesmo dia credencia, dar entrada do credenciamento, entendeu? Eu quero deixar

essa questão, um ponto de interrogação. Sabemos que para abrir uma empresa, pessoas que são empresárias, os nobres Deputados tem conhecimento disso, que para abrir uma empresa, não se abre no mesmo dia, não se abre no mesmo dia. Mas essas empresas foram abertas, as empresas foram criadas e credenciadas no mesmo dia, 23 empresas. Então, a minha reivindicação aqui Nobres Deputados, colegas, amigos que estão aqui, a primeira vez que estou me expressando em público assim dessa maneira, é que seja mantido o direito de quem já estava no mercado, de quem já estava com a garantia de ser mantido no mercado. Que seja abertas novas vagas para outros se credenciarem. Agora, como se tira, você tem uma empresa há 10, 12 anos, estabelecida num lugar, uma empresa como todas as empresas das pessoas aqui, e de repente você simplesmente é descredenciado e vai concorrer uma vaga com uma pessoa nova no mercado, sem experiência que nós já temos no mercado. Então, eu deixo, acho que isso é uma das coisas que deveria ser... nós estamos aqui reivindicando isso. É isso que eu peço. Que seja analisado a lei que está nesta Casa, que os Nobres colegas, os Deputados desta Casa mantenham essa lei. Que as pessoas que já estavam no mercado, continuem no mercado e sejam abertas as novas vagas como foram abertas para nós nos novos municípios. Não somos contra isso, não somos contra o Sindicato que é criado, que é presidido pelo Senhor Abel, mas que seja mantido o direito adquirido das pessoas que já estavam no mercado. Essas pessoas deveriam se manter e que as novas pessoas façam suas inscrições para participarem dessas novas vagas. Essa é a reivindicação que eu tenho para fazer.

Agradeço a todos, agradeço a Mesa, os nossos Deputados, as pessoas que estão nos assistindo, eu agradeço em nome de todos os fabricantes de placas do Estado de Rondônia.

Muito obrigado.

(Às 11 horas e 05 minutos o Senhor Hermínio Coelho passou a Presidência a Senhora Glaucione)

A SRA. GLAUCIONE (Presidente) – Agradecemos a colaboração e agradecemos a presença de todos mais uma vez, e em nome do Anilton Correia, de Cacoal, queremos agradecer todos das autoescolas, despachantes.

Eu nunca vi tanto problema assim, igual tem tido no DETRAN nos últimos meses. Estava comentando aqui há pouco, é greve dos funcionários, é falta de material, é no CIRETRAN no interior, são os garagistas reclamando. Então, nós podemos observar que o termômetro é a população e temos observado que a população do interior do Estado de uma forma geral sente que o DETRAN retroagiu no Estado de Rondônia.

Passamos a palavra neste momento para o senhor Carlos Antônio de Freitas, proprietário do Pica Pau Placas.

O SR. CARLOS ANTÔNIO DE FREITAS – Cumprimento o Presidente desta Casa, os demais Deputados e todos que estão aqui.

Vou começar pela lei que tramitou aqui nesta Casa, a lei a qual o senhor Iwaldir disse bem que não assegurou o direito dos fabricantes que já estavam no mercado há vários anos. A Lei foi um cheque em branco, assinado, e o DETRAN agora... a

lei não teve critério nenhum e o DETRAN está fazendo o que bem quer com os fabricantes, nós estamos sendo metralhados na verdade, estão tomando as vagas de quem está no mercado. O DETRAN está obrigando assinarmos declarações abrindo mão de todos os nossos direitos e o Sindicato também que é presidido pelo Senhor Abel Lopes, não está defendendo a nossa classe, o Presidente não está defendendo a nossa classe. O senhor não está defendendo a nossa classe, senhor Abel. Quando começou, liberaram essa Portaria, porque a lei, é uma Portaria em si e a Portaria é mais do que a lei. Trata-se de irretroatável, irrevogável, tanta coisa. Não está assegurando direito nenhum para nós no futuro, também, como a lei também não assegurou os que já estavam, não está assegurando para o futuro não. Por várias vezes ligamos para o senhor Abel, quando começou a sair essas coisas do DETRAN, ele se negou, não atendia o telefone, não representou a classe no DETRAN, não protocolou nenhum tipo de documento no DETRAN para defender os nossos direitos, não sei se é pelo fato da empresa dele ter sido contemplada, ser o único fabricante de chapa base no Estado e nós todos vamos ter que ser obrigados a comprar material dele, e o preço também não foi discutido. Essa questão desse negócio de FPEPT aí, fabricante de chapa base não existe na legislação do CONTRAN e DENATRAN. O DETRAN está fazendo isso por conta, baseado nessa Lei que não colocou critério nenhum. Estão se escondendo atrás dessa Lei, isso está causando polêmica nos outros Estados aí a fora e aqui no nosso Estado está mais grave a coisa, porque antes de chegar a polêmica nós já temos uma Lei que regulamenta uma coisa que não existe.

Eu sou fabricante de placa, nós somos credenciados pelo DENATRAN como fabricante de placa. Você começa e vai até o fim e a estampagem, só que dá forma que a Portaria veio, o direcionamento parece que era tão grande, que eu entendo que da forma que colocaram, que os prazos, os critérios fizeram dimensionamento de equipamentos, entendeu? Coisas que não tem necessidade, dois caminhões rastreados via satélite. Isso não existe! Eu nem me dei ao trabalho de entrar na concorrência porque são várias etapas, e eu não vou ficar pulando rio com crocodilo, passando em lugar que tem bico de jaca, eu não vou. Então eu me neguei, eu me neguei mesmo, a entrar nessa questão da chapa base porque eu acreditava que alguém iria ver que estava errado e ia tentar mudar alguma coisa nisso. Eu não estou acostumado a falar em público, mas eu já deixei bem claro, o Sr. Abel está se representando no meu ponto de vista aí, eu não sei o que está acontecendo aí, mas tem alguma coisa errada, ele não está defendendo a nossa classe, ele não está defendendo! Entendeu? A verdade é essa, a empresa dele foi contemplada, tem que ter concorrência, não sabemos nem o preço que vão pagar nesses blanks. A verdade é que tinha que acabar com essa Lei porque isso não existe em âmbito Federal. Em 2016, já vem a mudança de placa na questão de MERCOSUL. Os países vão unificar as placas, aí o usuário vai ter que trocar a placa agora, o ano que vem e em 2016 de novo, o contribuinte sempre leve aquilo que..., entendeu? O povo vai ficar estressado com essa situação, uma coisa que não existe em âmbito Federal e está sendo colocado aqui, um monopólio criado para beneficiar um ou dois ou sei lá quem, entendeu? É desnecessário isso com o contribuinte. Eu acho assim, da forma que está, dá para se sobreviver. Eu não sonho

em comprar avião, eu não sonho em comprar fazenda, eu só quero a minha dignidade e os meus direitos preservados, porque eu gastei dinheiro, paguei imposto para o Governo para os meus equipamentos entrar no Estado, eu tenho cem mil de estoque de material, que hoje eu não sei o que eu vou fazer com ele, porque eu sou proibido de trabalhar. A minha filha está aqui nesta Casa. A minha filha tem 6 anos, e quando eu estou trabalhando ela já me ajuda a trabalhar. Esses dias eu perguntei para ela o que ela queria fazer quando crescesse. E ela me respondeu: “- eu vou ser fabricante de placa”. Hoje, a hora que eu parar, se essa situação continuar, se eu parar de fabricar as minhas placas, eu não sei nem o que eu vou dizer para ela, porque ela vai me perguntar e eu não vou saber explicar, se nem eu mesmo estou entendendo o que está acontecendo nesse DETRAN, eu não estou entendendo. As pessoas que têm direito não estão sendo preservadas. Que situação é essa? Uma pessoa que tem 17 anos no mercado, o outro chega e toma a frente dele? Isso aqui está virando uma terra sem lei. Quando o DETRAN publicou a Portaria eu já vi que já havia algo de errado, eu acionei a Justiça e acionei o Ministério Público Federal, acionei o Ministério Público Estadual e o CAD que cuida dos assuntos econômicos em nível nacional. Mas já vai para 40 dias que estou com a petição, com o pedido da liminar para suspender isso tudo e não obtive resposta nenhuma da Justiça, o meu advogado tem ido lá constantemente e também não sai nada e ficamos sem saber o que está acontecendo. Eu vejo que as polêmicas nessa questão de placa tende a aumentar no Estado, e eu acho que deveria ser feita alguma coisa antes que não ficasse pior essa situação. Tem como a gente rever isso e assegurar o direito das pessoas que já estavam no mercado e as novas vagas que eles quiserem abrir, as pessoas vão concorrer, não as que já são de direito das pessoas que estavam. O monopólio dessa questão de blank tem que ser quebrado, isso tem que ser tirado, não existe isso, esse negócio de chapa base, de FEPP, FTTP, isso não existe! Isso é um monopólio! Essa questão de critérios que o DETRAN usou, quem chega primeiro isso e aquilo, justificativa para o monopólio: “- Você não se enquadrou”. Não tem como se enquadrar, já foi feito de uma forma para ninguém entrar, só mesmo quem obteve informações privilegiadas, que estava preparado, é só ler a Portaria na questão dessa chapa base que vocês vão entender. Quem? Nenhum ser humano conseguiria abrir uma empresa e ter aquelas questões todas, caminhar rastreável, convênio com presídio para preso trabalhar, mas com o senhor Abel, isso não é problema porque ele mexe com sinalização, coloca os presos para pintar asfalto, furar buraco, furar placa, agora, para nós? Eu vou despedir um funcionário, uma pessoa de bem para eu pegar um bandido para por lá, para colocar na minha empresa? Para com isso! Jamais eu vou fazer isso! Deixa para lá, não vou falar isso não, não posso falar muita coisa não, senão o Sr. Abel vai me processar. Ele falou que se eu falasse muito aqui e acusasse ele, ele ia me processar e eu já tenho um monte de conta para pagar, entendeu? Eu já tenho passado um atropelo louco.

Eu agradeço a oportunidade e muito obrigado.

A SRA. GLAUCIONE (Presidente) – Obrigada, Sr. Carlos Antônio, pelas palavras. Nós vamos pedir aos participantes que

procurem ser mais breves em função do horário, até para que todos possam participar aqui contribuindo com as suas falas.

Nós passamos agora a fala para o Sr. Cleiton Campos, representando a Coordenadoria dos CIRETRANS/DETRAN/RO.

O SR. CLEITON CAMPOS – Bom dia a todos.

Quero agradecer a presença para deixar bem claro a parte da Coordenadoria das CIRETRANS nesse fato dos despachantes. O nosso setor é responsável pelo cadastro dos despachantes. Eu acredito que essa questão está resolvida, hoje, porque terça-feira saiu uma Lei. Então não tem muito o quê esclarecer. Só marcar a presença mesmo, ouvir as reivindicações do povo, acho que são bem válidas realmente e acredito também que o diálogo seja a melhor forma para resolver essas pendências com o DETRAN. Está bom, gente? Então vamos tentar resolver isso da melhor forma possível. Estamos sempre abertos para o diálogo, estamos aí para tentar resolver qualquer dificuldade. Entendo as reivindicações, as manifestações sempre válidas, realmente. Só queria deixar bem claro que a Coordenadoria de CIRETRANS está aberta para conversar e tentar resolver qualquer tipo de problema que os despachantes venham a enfrentar com relação ao atendimento, cadastro, qualquer coisa. Estamos aí para isso.

A SRA. GLAUCIONE (Presidente) – Queremos agradecer a contribuição do Cleiton Campos, representando a Coordenadoria dos CIRETRANS.

Passemos, neste momento, a palavra para o senhor Lorival Farias Costa, proprietário da Espigão Placas no município de Espigão.

O SR. LORIVAL FARIAS COSTA – Bom dia a todos.

Eu quero agradecer a oportunidade ao Presidente da Assembleia e a todos os Deputados que estão aqui presentes, e a todos os senhores pais de famílias e empresários que estão aqui presentes. Eu vim aqui expressar a minha indignação pelos últimos acontecimentos com a nossa categoria. O crescimento de chapa de placa, com a nova lei, foi tirado o direito adquirido de todos os fabricantes de placa no Estado de Rondônia. Assim, colocando para concorrer com as novas empresas para participar da chamada pública que é por ordem de chegada. Aquele que tem informação chega e ganha o lugar de quem já está no mercado. E também foi modificado o credenciamento de ramo do fabricante de placa para estampador, assim dando direito ao órgão competente o DETRAN a colocar uma empresa só para poder fornecer o espelho chamado Chapa Base. Que lei é essa que tirou o direito de todos os fabricantes do Estado para deixar somente um para poder fornecer a todos? Eu sou livre da concorrência, mas que não tire o direito de todos nós. Que abra novas vagas, mas que deixe o direito de todos aqui presentes.

Quero agradecer a presença de todos.

A SRA. GLAUCIONE (Presidente) – Agradecemos a fala do senhor Lorival, e passemos a palavra ao Doutor Célio Tavares, Advogado do Sindicato dos Fabricantes de Placas de Veículos do Estado de Rondônia.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – Presidenta, enquanto o companheiro se dirige... já pode se dirigir à Tribuna? Estou vendo aqui a reclamação das placas e estou observando o Decreto de nº3389 de 16.06.2014 que deu origem a essa mudança. Aqui está o Decreto nº3389 de 16.06.2014, se está decreto não pode ser lei, é decreto, ou seja, esta mudança ocorreu por um decreto e decreto é a vontade do Governador. Não foi passado por esta Casa, então o que foi modificado aí de acordo com o que estão me apresentando é um decreto. Então foi uma mudança através da vontade do governador, assinada por ele, não foi passado por esta Casa de acordo com o documento apresentado aqui na Mesa, se tem outro documento diferente deste. Ah, tá, mas o que é que ele fez? Aí tem a lei, ele também colocou o decreto que amplia, que regulamenta a lei, deve ser isso, tem a lei e tem o decreto que regulamento a lei. Aí tem que ver se essas mudanças estão dentro da lei ou é apenas um decreto de regulamentação.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Deputado, Cláudio Carvalho, é normativa porque se trata de uma autarquia, não é decreto feito pelo governador, é direto pelo Diretor do DETRAN.

A SRA. GLAUCIONE (Presidente) – Só para agilizar em função do horário, nós gostaríamos que o Doutor iniciasse a sua fala, e vamos vendo esta questão aqui nos bastidores, Deputados.

O SR. CÉLIO TAVARES – Cumprimento toda a Mesa, os demais presentes; em nome do Sindicato dos Fabricantes de Placas de Veículos.

Eu vou tecer alguns comentários. Então em nome do Sindicato, eu vou tecer alguns comentários sobre a nova legislação vigente que é a Portaria do DETRAN que regulamenta a lei votada por esta Casa. Pois bem. De início, cabe apontar que o sindicato dos Fabricantes respeita o posicionamento de alguns de seus filiados que pensam diferente da Diretoria. Entretanto, foram aqui elencadas algumas dificuldades que alguns fabricantes se encontraram, porém, a maioria dos fabricantes já se credenciaram e faz parte, já são autorizados à nova concessão. Apenas alguns casos em que não cumpriram a normativa do DETRAN, estes ficaram fora da primeira chamada pública. Mas isso não significa que não poderão, desde que atendam as exigências legais para se credenciar.

Foi falado aqui também de monopólio. Pois bem. Quanto ao Monopólio, a atual portaria inibe completamente essa possibilidade, ao contrário da legislação vigente anterior, que vigia anteriormente. Porque na Legislação anterior alguns proprietários ou grupos familiares detinham diversas fábricas de placas veiculares no Estado. A nova Portaria determina que isso não é mais possível, e nós sabemos Deputado, que é poder discricionário do DETRAM conceder concessão. Com todo respeito que eu tenho por esta Casa, mas neste caso específico. Eu penso que todo mundo tem o direito de se manifestar, isso deve ser feito de uma maneira minimamente educada, e acho que a Casa vai franquear...

A SRA. GLAUCIONE (Presidente) – Vamos só garantir a fala do Doutor Célio e depois nós fazemos os questionamentos. Combinado?

O SR. CÉLIO TAVARES – Muito bem. Continuando. Essa nova portaria além de ter garantido que quem já estava no mercado pudesse continuar, bastando atender as exigências, de forma alguma pode ser confundida, como foi levantada a questão aqui dizendo que foi privilégio para alguns. Até porque, eu não posso, quando foi feita a chamada pública... eu não posso considerar. – Olha, ninguém abriu a empresa no dia, porque isso é impraticável, são empresas que atendiam no dia que houve a chamada pública. Elas foram até o órgão e se cadastraram e pleitearam a vaga e conseguiram. É difícil. Mas enfim, as pessoas que estão aqui, todas elas estão autorizadas ao credenciamento, Deputada. A senhora não vai... os que fizeram uso da palavra, as empresas delas estão credenciadas, isso é público. Basta, porque quem tiver interesse é só verificar. Mas eu vou continuar com o posicionamento da Diretoria do Sindicato que respeita, sim, as posições divergentes, mas a Diretoria tem o seu posicionamento que representa a maioria dos sindicalizados. Nós tínhamos, até então, apenas 49 fábricas de placas no Estado e concentrado dessas 49, a maioria era concentrada em dois ou três grupos familiares apenas. Agora, a ampliação vai atingir 83 fábricas, vai aumentar a quantidade de fábricas. Nós tínhamos só em 29 Estados, dos 52, o restante não tinha atendimento da fabricação de placas. Por quê? Porque esses grupos familiares não tinham interesse na cidade pequena. Agora, existe a possibilidade de todas as cidades, de onde o comércio é menor, mas onde a renda é menor também precisa ter o fabricante. Quanto a modernização do sistema implantado pela nova Portaria, também o Sindicato, e talvez por isso algumas pessoas entendam que o Sindicato não defende a categoria, mas ao contrário disso, o problema é que ele, o Sindicato, entende que essa modernização que acompanha uma tendência nacional. Hoje, já são nove Estados que tem o sistema parecido com o que será implantado em Rondônia. Ela possibilita a completa rastreabilidade da placa, eliminando a possibilidade de fraudes quanto... o delegado deve acompanhar casos assim, de fraudes de placas clonadas, adulteradas, falsificações, porque elas vêm com código de barras e o DETRAN vai conseguir rastrear essa placa do momento que ela é fabricada até o momento dela ser implantada no veículo.

Questionamento.

O Deputado, no início na sua primeira fala falou sobre valores de placas. Na verdade, agora com essa nova Portaria também os valores serão menores, porque não vai haver mais a atuação dos atravessadores. Se o senhor olhar, eu tenho documentos que já foram oferecidos à Presidência, e eu tenho para passar para o senhor, também. O senhor vai ver que este preço praticado com o usuário, não é o preço, em alguns casos praticados pelo fabricante, e os fabricantes sofreram, todos eles que estão aqui que fizeram uso da palavra, sempre reclamaram disso, que o preço que eles fazem para o usuário não é o que chega lá. E tem documentos que eu vou também passar para a Mesa. Quanto a legalidade, isso também foi elencado aqui, levantado a ilegalidade de Portaria e tudo. Pois bem. Existiu um questionamento judicial de uma empresa chamada Zarconi, de Brasília, questionando tanto a Legislação aprovada por esta Casa, quanto a Portaria do DETRAN. Na oportunidade o Ministério Público entendeu que diante da franca legalidade de constitucionalidade da Lei e da Portaria ele não precisaria e nem tinha interesse de apreciar. Em decisão final

com o julgamento de mérito, ou seja, ele decidiu que não há neste juízo da Fazenda Pública do Estado de Rondônia, mas que se discutiram este assunto, a Justiça entendeu ao final que a Portaria atende todos os requisitos legais e Constitucionais, não tendo nenhum vício legal. Ainda, eu acho que é importante, acho que falei do modelo anterior que nós só tínhamos 29 municípios atendidos. Quanto a alguns questionamentos do posicionamento da Diretoria, quem o representa aqui, eu não sei se eu entendi bem o que o Carlos disse. Ele falou que fez alguns questionamentos ao Ministério Público, a Justiça. Realmente, eu fiquei em dúvida se era em relação a Portaria ou à direção. Mas seja qual for o questionamento, Decisão Judicial a gente aguarda o posicionamento da Justiça e depois se existir possibilidade recorremos. Então, eu acho que se existem essas manifestações jurídicas já, temos que aguardar o posicionamento da Justiça. No mais, eu reitero que o Sindicato defende sim, todos os interesses da categoria, que o Sindicato perfila com o entendimento do DETRAN entendendo que traz uma melhoria para o setor dos fabricantes, amplia a possibilidade de renovação no setor e a portaria pública, todos podem ver que ela em momento algum vocês vão achar coisas que restrinja o direito de quem já está no mercado, até porque as pessoas que estão no mercado, todas elas poderão ver, já estão autorizadas ao credenciamento.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – Doutor, você poderia me responder só uma pergunta?

O SR. CÉLIO TAVARES – Pois não.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – Eu estou em dúvida aqui sobre as falas que antecederam.

O SR. CÉLIO TAVARES – Sim, senhor.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – Hoje, quantas empresas estão aptas e estão fabricando placas no Estado de Rondônia?

O SR. CÉLIO TAVARES – Fabricando, ainda nós temos 49 empresas, ainda. Mas são aptas. É, eu não sei. O senhor é fabricante também? Não.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – A conversa que chegou a mim, é só uma, você está me dizendo que são 49. Eu quero saber a verdade.

O SR. CÉLIO TAVARES – Hoje, mas é público isso.

A SRA. GLAUCIONE (Presidente) – Nós vamos ouvir o restante da fala gente, daí nós vamos conduzir...

O SR. JEAN OLIVEIRA – Presidente, Questão de Ordem?

A SRA. GLAUCIONE (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Só pedir a todos que estão aqui presentes que se mantenha a palavra do Orador, porque é interessante ouvirmos os dois lados para que o debate seja positivo, porque se ouvirmos a explanação do advogado vamos

colocar em contradição com a fala dos empresários e os Deputados farão o ponto de vista que é o mais importante, e a Casa chegar a uma conclusão final. Então, é importante preservar o direito dele no âmbito democrático para que a gente escute o que ele tem para falar porque daqui a pouco os Deputados farão os pronunciamentos.

A SRA. GLAUCIONE (Presidente) – Obrigada Deputado Jean, obrigada Dr. Célio Tavares, pelas palavras.

O SR. CÉLIO TAVARES – Obrigado.

A SRA. GLAUCIONE (Presidente) – Dando sequência, pedimos aos oradores brevidade na fala.

Convidamos a Sra. Carolina Motta, Diretora de Habilitação do DETRAN, para fazer uso da palavra por três minuto. Por favor.

A SRA. CAROLINA MOTTA – Bom dia a todos, bom dia aos presentes. Eu agradeço a presença dos representantes dos CFC's, eu acho que é importante o relacionamento, o bom relacionamento entre os CFC's e o DETRAN. Eu recebo as críticas e os apontamentos feitos pela Presidente do Sindicato, e acredito que todos esses apontamentos já foram debatidos anteriormente em reuniões, solicitadas, inclusive pelo próprio Sindicato e representantes de CFC's. Não há nada novo que já não tenha sido tratado. Gostaria de falar sobre, como é breve, eu vou ser bem breve com os tópicos.

Com relação à pista de teste, como já foi debatido aqui, providências já estão sendo adotadas, vez que não recai sobre o DETRAN a responsabilidade apenas da construção dessa pista para esse fim. Com relação ao Código de Trânsito, determina que esses exames sejam feitos nas vias públicas. Então a gente há de convir que, construir pista de teste em todos os municípios, em 52 municípios fica inviável para o órgão, e não está no Planejamento Plurianual. Então, é um caso a se pensar, nós recebemos a proposta do Sindicato, concordamos que deva haver um ambiente adequado para a realização desse teste, e estamos dispostos a arranjar soluções cabíveis para essa situação.

Com relação aos demais apontamentos, a biometria, o processo licitatório como é de conhecimentos de todos que já foi feito, o Tribunal de Contas suspendeu por alguma razão e nós estamos aguardando autorização para contratação da empresa vencedora do certame.

Com relação a falta de segurança das aulas noturnas, a questão da segurança nas vias públicas cabe a Polícia Militar, cabe ao município, conceder essa segurança. Então, nós não podemos retirar as aulas noturnas porque é uma exigência de uma Resolução, do CONTRAN, 358, a permanência das aulas deve continuar.

Com relação a quantidade de testes aplicados e a demora para a execução desses testes, o fato da aplicação de prova prática se estender, evidentemente, se dá em razão da grande quantidade de candidatos a habilitação. Nós já sugerimos ao SINDAR, a Solange, especificamente, que verificasse junto com a classe, a necessidade de delimitar o uso diário desses candidatos o que implicaria no atraso da realização desses exames, vez que são muitos. Então, a lista de espera aumentaria grandemente, então, verificamos que

na nossa parte não seria viável, entretanto, não recebemos respostas do SINDAR quando um planejamento, um cronograma, para adotarmos essas medidas. Com relação aos demais apontamentos, como já disse, foram tratados em reuniões periódicas, o DETRAN está aberto, a Diretoria de Habilitação está aberta a debater eventuais dúvidas que possam surgir. Não queremos, não estamos aqui para prejudicar o Centro de Formação de Condutores, não estamos aqui para sermos adversários, a intenção é sermos unidos, e nada que conversa não resolva, não tem nada que não possa ser resolvido mediante cumprimento de Leis e Resoluções. Tudo que esteja ao alcance da Diretoria eu creio que será feito. Qualquer dúvida que estiverem a Diretoria de Habilitação está aberta.

Obrigada.

A SRA. GLAUCIONE (Presidente) – Obrigada, Sra. Carolina Motta.

Passemos a palavra ao Sr. João Marcos Mendes, da Diretoria de Operações, representando o DETRAN.

O SR. JOÃO MARCOS MENDES – Bom dia senhores, Sr. Presidente da Mesa, ao qual cumprimento a todos os presentes; senhores representantes de Sindicatos, senhores Deputados, Plenário e demais presentes.

Bom, cabe a mim fazer uma explicação sobre a questão da Portaria nº 2980 de 17/07/2014.

Inicialmente, agradecemos Sr. Presidente, a oportunidade desse ato público que é de muita importância para todo o segmento e também apresentar aqui a justificativa da Direção Geral do DETRAN que se encontra em atividades outras, inclusive fora do Estado, motivo pelo qual não puderam estar presentes. Bom, anteriormente à Lei 3.389, de 16/06/2014, o segmento de placas no Estado de Rondônia estava regido pela Portaria DETRAN 2363/2009. Portaria essa que por problemas ocorridos em todo Estado estava suspensa há quase dois anos, como é de conhecimento de todos. A partir do momento que se identificou uma série de dificuldades em todo Estado de Rondônia, dificuldades essas relacionadas a indícios de cartelização, situação de emissões de placas frias, situação de falsificação de autorizações para confecção de placas, entre outras, se fez necessário uma ação efetiva do Órgão Público, e de que maneira? Buscando coibir essas situações que estavam prejudicando o povo do Estado de Rondônia. E a Portaria foi feita, foi elaborada justamente com esse pensamento, pensamento de buscar tranquilidade para o povo do Estado. Da publicação da Lei do dia 16/06, para a publicação da Portaria no dia 17/07, decorreram mais ou menos 30 dias, da publicação da Portaria e na Portaria já estava dizendo que a chamada pública seria de imediato, vocês podem ler a Portaria, está escrito na Portaria, decorreram-se 08 dias, ou seja, tempo mais do que suficiente para quem já estava no mercado, já estava regular no mercado, apenas entrar na internet, emitir meia dúzia, uma dúzia de certidões e encaminhar ao DETRAN quando da chamada pública. Então houve tempo suficiente, sim, para quem estava no mercado poder se preparar, para o empresário atento poder regularizar a sua situação, qualquer que fosse, e apresentar, quando da chamada pública, sua documentação. O modelo que foi definido com relação aos fabricantes de placas é o mesmo modelo que existe hoje em

São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Amazonas, Paraíba, Pernambuco, Tocantins, Mato Grosso e no Maranhão. É um modelo moderno, é um modelo que prevê toda operacionalização de forma eletrônica, as placas vão ter rastreabilidade, evitando assim o que vem acontecendo no Estado, estão aqui presentes o nosso representante da Polícia Rodoviária Federal e também aqui da Polícia Civil, evitando situações de favorecimento, de clonagem, favorecimento de emissões de placas frias em decorrência do grande vulto de problemas que nós temos aqui no Estado. Esse sistema não é inventado em Rondônia, esse sistema, como eu já falei, existe em vários Estados do País. Existia ainda o grande problema de custos de placa, em decorrência de só termos unidades fabris em 29 municípios do Estado e pela concentração dessas fábricas na mão de poucas pessoas, de grupos familiares, existia e existe até hoje uma situação de formação de cartel que não permite a baixa de preços, situação essa que a Portaria também atacou, de que maneira? Não permitindo que a mesma pessoa ou a mesma empresa tenha várias fábricas de placas atuando dentro do Estado de Rondônia. Outra situação que é preciso identificar, que nessa nova situação das fábricas de placas, nós passamos de 49 unidades para, em torno, senhor Deputado, que foi perguntado, Deputado Cláudio, hoje nós temos, já com a segunda chamada, em torno de 70 unidades já previamente cadastradas. Credenciadas não existem não, porque os processos ainda estão em andamento, mas tem mais ou menos 70 unidades fabris que estão já aptas nesse trabalho. Só fazendo um parâmetro com relação aos outros Estados do país, Rondônia é o Estado da Federação que mais tem unidades fabris. A frota do Rio de Janeiro é de 5.790.000 veículos, ela tem 08 fábricas de placas. O Mato Grosso é 1.651.000 veículos, e tem 24 unidades fabris. Amazonas são 750.000, tem 01 unidade fabril. Goiás, 3.312.000, tem 22 unidades fabris. E Rondônia, com uma frota de aproximadamente 800.000 veículos, não chegou em oitocentos ainda, tem 70 unidades fabris. Então, esse trabalho realizado pelo DETRAN veio justamente para abrir o mercado, para resolver a grande maioria dos problemas existentes atuais que estavam decorrendo. Foram feitos alguns questionamentos com relação à divisão de quem vai ser estampador e de quem vai ser o fornecedor de blank. Na Portaria foi aberto para os estampadores referente à frota, uma quantidade 'x' de unidades por município, que dá um total de 82 e para os fabricantes de blank foi aberto para quem quisesse apresentar, se tivesse cem pessoas, cem empresas apresentando poderiam ser as cem empresas credenciadas. Então não houve direcionamento, não houve uma colocação que fosse feita pelo DETRAN para que 'a' ou 'b' ou 'c' concorressem. Nós tivemos na primeira chamada pública, 108 pedidos de credenciamento, 108. Nós tínhamos 49 fabricantes, tivemos 108. Desses 108, 04 unidades foram para fabricantes de blank. Duas foram descredenciadas porque eram de fora do Estado, duas eram de fora do Estado e uma terceira que é aqui de Rondônia, não apresentou nem a metade da documentação exigida. Então essa é a realidade do sistema apresentado. Não existe nenhuma situação que foi elencado aqui pelo representante de Vilhena, pelo representante de Espigão que diz que houve direcionamento. O que há? Há uma situação de regularização de um sistema que estava bagunçado e abandonado em certos pontos. O que existe é

uma orientação legal, uma orientação técnica, uma orientação que já existe em outros Estados, que não foi inventado por Rondônia, para que o segmento possa prosseguir, para que a população do Estado possa ser atendida.

Volto a repetir, senhor Presidente, o que se busca, o que o DETRAN buscou foi atender o povo de Rondônia. O empresário é necessário, ele está junto com o DETRAN, ele é parceiro do DETRAN, mas o empresário tem que se adequar às questões da necessidade do povo. Outra situação, não foi no passado, não é no presente, não será no futuro. Quem trabalha com fábrica de placa tem uma concessão precária, não existe direito adquirido. Senhores, é uma questão legal, não é uma questão minha, é uma questão legal, não existe direito adquirido. Quem está nesse sistema tem que estar atento, tem que cumprir a legislação, é um poder discricionário do DETRAN. O DETRAN atua nessa situação com poder discricionário, inclusive não seria necessário nem a própria lei que foi aprovada nesta Casa, por ser um poder discricionário dado por Órgão Federal, certo? Então, o que é necessário é o entendimento desse processo, nem todo mundo pode ser atendido em qualquer situação pública. Já imaginou se em uma licitação, nesta Casa, por exemplo, para comprar veículo, todo mundo que apresentasse fosse contemplado? Não tem como. Alguém ganha, alguém perde, e é esse o processo. O processo teve tempo hábil, o processo é legal, o processo foi feito de maneira técnica, não foi inventado nada processo, não inventou a roda, ele copiou só o que já existe em outros Estados. O tempo foi colocado para todo mundo. Agora, se alguém ficou prejudicado, ficou de fora, faz parte do processo. Cartelização foi trabalhado. Existe inclusive, na Portaria, uma necessidade, senhor Presidente, de uma situação aviltante com relação a preços, existe inclusive o artigo 22, se eu não estou enganado, que prevê que o DETRAN pode atuar com relação a preços. Ele pode buscar mecanismos para atuar com relação a preços, justamente prevendo... o DETRAN não quer entrar nesse assunto porque isso é uma questão de mercado, é uma questão do próprio mercado se entender, agora se o povo de Rondônia estiver sendo prejudicado como existe situação que se cobra duzentos e cinquenta reais, trezentos reais por um jogo de placas, o DETRAN tem esse poder e tem, inclusive, já visto isso na portaria, e essa situação é uma situação real hoje.

O DETRAN está à disposição de todos os senhores a qualquer momento, a qualquer hora, dentro do horário de expediente para estar explicando, para estar demonstrando, mas tudo isso está na lei, está na portaria e está na chamada pública e tudo feito de acordo com a legislação vigente, nada foi inventado e nada foi criado de novo, apenas adequado à realidade do Estado de Rondônia.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Às 11 horas e 47 minutos a senhora Glaucione passa a Presidência ao senhor Hermínio Coelho)

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado João.

Agora vai falar o Leonardo, da Auto Escola Harmonia. Vamos ser bem objetivos, porque ainda tem um monte de gente para falar.

O SR. LEONARDO – Bom dia a todos.

Meu nome é Leonardo. Eu venho aqui para dizer, Sr. Presidente, isso foi feito maracutaia, eu estive lá foi feito tudo armado, foi feito um circo. Eu fui lá no DETRAN questionei com o diretor, - “como é que você aprova uma lei dessa, beneficiando um cara desse?” Porque ele diz que é presidente do sindicato? É presidente da turma dele. Você pode olhar, a maioria é contra ele aqui. Esse advogado está defendendo ele, não a classe porque a classe toda é contra. Então, Deputado, é o seguinte, o negócio é feito na maracutaia, foi feito maracutaia. Esse Abel é o primeiro a brigar para aumentar o preço, ele questionava, estou mentindo? Ele questionava, ele ameaçava as pessoas que vendia a fábrica, ele tirou uma fábrica do lado da minha que eu queria vender a oitenta e ele estava vendendo a cento e sessenta, do lado. Não é nada desse santo que está demonstrando aqui, ele é doente por dinheiro, ele pensa dia e noite em dinheiro. Então, é o seguinte, eu estive lá no DETRAN e falei assim: “como é que vocês aprovam um negócio desses?” Esse senhor falou assim: “Não, os deputados aprovaram, mandou essa criança para cá”. Aí o Deputado Maurão foi no meu escritório e falou: “Leonardo, eu estou em campanha, eu preciso de ajuda para a campanha”, eu falei “no que?”, ele disse “me ajude na campanha, você joga na minha conta legalmente e me ajuda na campanha”, eu falei assim: “como é que eu vou jogar dinheiro na sua conta e te ajudar se você aprovou uma lei dessa?”, ele falou assim: “não, Leonardo, eu não aprovei a lei, essas coisinhas vêm de lá feita e se ninguém que está aqui, brigar, questionar, a gente aprova”. Então o nosso amigo, vocês podem ver se estou mentindo, ele fica todo dia aqui na Assembleia alugando um deputado, alugando outro, ele tem tempo para isso, e essa lei quando foi feita lá no DETRAN ele estava 24 horas do lado.

Muitos vêm aqui e tem medo de falar contra ele porque ele ameaça, eu não tenho medo de você, você sabe disso. Então é o seguinte, criaram o estampador, o fabricante é ele e o estampador são 49, só que trinta e poucas empresas são dele em nome de laranja. É isso aí Presidente.

Outra coisa. Disse que copiou de outro Estado, copiou de Goiás, não tem resolução nenhuma que manda botar código, a que teve foi Goiás, inclusive o Ministério Público está aqui, olha, cancelando, é a lei, é a lei, que são iguais. Eles... eu não tenho muito o que falar, Deputado. Olha isso aí, é uma maracutaia por trás disso aí.

Outra coisa. O Deputado Maurão falou assim: “Ah rapaz, então é por isso que ele está me chamando aí, querendo me dar trinta mil reais para ajudar na campanha, e eu não vou pegar os trinta mil reais não, senão vão falar que eu estou pegando o dinheiro dele para aprovar essa lei, eu também sou contra isso, só que o DETRAN mandou essa criança para nós e nós aprovamos, ninguém questionou”. Então é o seguinte, ele não compra o deputado, mas ele falou: “olha, Deputado, vou te ajudar na sua campanha”, como ajudou muitos, “eu vou te ajudar”. Então, é um modo de ajudar, e quando vem a lei para cá, ele é articulador, ele é articulador, ele é articulador, ele é fera, ele articula as coisas, ele é fogo, esse homem por dinheiro faz tudo, então ele ajuda. Deputado Ribamar, ele ajuda o deputado: “olha, vou te ajudar na campanha” pra quê? Para o Deputado aprovar as coisas, e não tem ninguém questionando, porque nós estamos trabalhando, não estamos

vendo o que está fazendo aqui, quem entende dessas coisas é ele, toda hora no telefone, ele não sai da Assembleia, ele não sai lá da diretoria do DETRAN, não é isso Abel? Então é o seguinte, esse cara é o capeta vestido de santo. E olha Deputado, revoga essa porcaria, isso é maracutaia. Presidente, é maracutaia, negócio de preço, é mentira, ele é o primeiro a ameaçar as pessoas que baixam o preço. Você pode olhar, dentro da Sabenauto eu fui vender placa de cem reais, ele foi lá e ameaçou o meu sócio. Se você for homem, vem cá falar a verdade, para vender a cento e sessenta. Então ele não é nada disso aí, se vocês estão aprovando isso, vocês está contra toda turma, porque esse sindicato é só dele e esse advogado é defensor dele. Então é isso que eu tenho que falar, isso é uma maracutaia, isso é o demônio vestido de santo.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado Leonardo. Eu queria dizer que essa lei foi aprovada em junho agora, isso veio do Executivo, foi 16.06.2014, isso vem de pacote lá do Executivo, e para falar a verdade, todos os projetos aqui, as vezes chega às 15 horas e às 16 horas é aprovado. Muitas vezes sem análise nenhuma, porque nós, sempre só temos discutido Projeto aqui, quando vem um segmento, quando vem alguém questionando, “Hermínio, nós queremos isso”, porque aqui nós temos a bancada do Governo que chega e já quer botar tudo na pauta e muitas vezes é aprovado sem discussão nenhuma. Nós chegamos aprovar uma lei aqui aumentando taxas do DETRAN em 25%, isso no final do ano, e sem os deputados saber o que estava aprovando, e quando foi aprovado, quando o trem ia pegar mesmo, que o povo ia ter que pagar esses 25% nós propomos para revogar a lei, e revogamos. Mas muitas vezes, como eu falei para você, quando o Maurão fala essa questão de muitas vezes não discutir isso é verdade mesmo. Ninguém aprovou lei, pelo menos eu tenho certeza que a maioria dos deputados aqui jamais defende ou aprovou lei aqui para beneficiar, sabendo que está beneficiando uma pessoa e prejudicando muitas. Eu não acredito nisso, eu não acredito, eu não boto minha mão no fogo por todos, mas eu tenho a certeza absoluta, eu não acredito que uma pessoa assim consegue manipular tantos deputados, e não teve nem isso, essa lei foi aprovada aqui sem discussão nenhuma e agora nós temos que corrigir, está errado, tem erro, vamos corrigir. Nós vamos depois da audiência, fazer uma comissão de umas três ou quatro pessoas de vocês juntos com a nossa equipe técnica e os Deputados, para elaborarmos uma proposta ou revogando total essa, e propondo outra legislação ou só emendando, tirando os pontos que prejudicam e melhorando, emendando a lei, aí os técnicos junto com vocês discutem a melhor forma. Essa questão de constitucionalidade é o seguinte: nós Deputados podemos propor e legislar, sim, sobre essa questão independente, não tem vício de iniciativa, não tem vício de iniciativa. Nós podemos porque aqui em Rondônia o Deputado não pode fazer nada, tudo que o Deputado faz é fora da lei, é inconstitucional, aqui virou moda isso. Mas não é verdade isso, nós podemos sim, legislar sobre essa questão, corrigir e adequar e, principalmente pegando como exemplo os melhores exemplos, copiando os melhores dos Estados, não os piores, vamos pegar os melhores.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Presidente vai abrir a palavra para os Deputados, já? Ou ainda tem mais gente?

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Vossa Excelência quer falar agora, Deputado Jean?

O SR. JEAN OLIVEIRA – Não, se tiver mais gente para falar.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Não. Eu vou colocar o Presidente do Sindicato dos Despachantes o Marcizo, aí logo após o Deputado Adelino, depois Vossa Excelência e tem também o Abel, todos que estão inscrito vão falar.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Senhor Presidente, é importante escutar o Abel, é importante mais alguém que tem a falar, depois os Deputados fazem o ponto de vista geral.

O SR. MARCIZO NOGUEIRA BORGES – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Hermínio Coelho, no qual eu cumprimento todos os Deputados aqui presentes; companheiro João que representa a diretoria do DETRAN, esclarece o descaso que o DETRAN faz com a população de mandar apenas as pessoas do segundo escalão que não resolvem absolutamente nada. Cumprimento os funcionários do DETRAN, meus amigos, meus parceiros; cumprimento os procuradores do DETRAN na pessoa do meu amigo Isaque; quero cumprimentar os colegas proprietários de autoescolas, donos de fábrica de Placas e os Despachantes Documentalistas do Estado de Rondônia. É uma iniciativa louvável Presidente, de convocar para essa Audiência Pública, o senhor atender os nossos conclames naquele dia em que nós fizemos uma reunião para deliberarmos sobre a aprovação do nosso Projeto 1306, do qual eu gostaria de agradecer tudo que os Deputados fizeram para aprovar um Projeto extremamente beneficiatório a toda nossa categoria. Dizer a vocês que fiquei muito estranho, eu fiquei muito triste de saber... porque no meu sindicato, o advogado defende os nossos filiados, estranhamente com todo respeito que eu tenho ao advogado que falou, estranhamente, ele está defendendo apenas o interesse do Presidente. Dizer a vocês que todas essas problemáticas que estão acontecendo em nível de DETRAN, principalmente aqui no Estado de Rondônia nesses quatro anos do primeiro mandato do Governador Confúcio Moura, vão continuar, se continuar os mesmos gestores.

Em março desse ano em que o DETRAN, as pessoas tinham que dormi no DETRAN para poder conseguir uma senha e eram distribuídas quarenta senhas para poder liberar veículos, eu questionei, tentei resolver através de diálogo e a direção não me deu a menor chance de discutir isso, e eu tive que procurar a imprensa para poder deliberar sobre essa situação e fui atendido, através da imprensa. O governador me chamou na casa dele para poder discutir os problemas do DETRAN que eram muitos e que continuam sendo muitos, e o governador me perguntou diante da diretora do DETRAN, do adjunto e de uma assessora que ela tinha levado na casa do governador. Presidente, o que você acha que está faltando para que o DETRAN funcione ao contento e que atenda a população? Eu sem titubear, falei ao governador naquela ocasião: Presidente, é falta de gestão, infelizmente o DETRAN por ser uma autarquia,

alguém escolhe o DETRAN porque o DETRAN é a menina dos olhos de ouro de qualquer político, de qualquer segmento, então, aquele grupo político escolhe o DETRAN. O próprio Governador me disse. E eles já chegam para o governador e falam: qualquer acordo político com o governo, eles já chegam para o governador e falam: eu quero o DETRAN. Olha só o respeito que tem com os servidores. Eu quero o DETRAN de porteira fechada e é assim que é feito essas nomeações do DETRAN, não é critério técnico, não é conhecimento, absolutamente nada, esses critérios são usados para nomeação de gestores do DETRAN. O DETRAN arrecada em torno de quatorze a dezesseis milhões mensais, tenho certeza absoluta que ele não gasta desse valor quatro milhões ou cinco milhões com folha de pagamento e encargos, e onde é que está esse resto de dinheiro que o DETRAN fica? Ele não investe em políticas de trânsito, ele não investe em qualificação de funcionário, ele não investe em material de expediente, ele não investe em centro de treinamento, ele não investe em absolutamente nada. E são essas questões, senhores Deputados, que nós precisamos levantar. É muito fácil chegar aqui uma conversazinha de menina do peito mole, e chegar aqui, fazer uma enrolação e todo mundo acreditando, o DETRAN sempre viveu disso, de enrolar, de falar as coisas que não acontece, infelizmente. Pasmem os senhores, essa portaria 3389 da qual eu queria me reservar o direito de não falar dela, porque não é da minha área, esse Decreto, antes a portaria depois transformada em Decreto, foi feito as escondidas da mesma forma que agora, no dia 03 de novembro, foi também elaborado uma portaria que sequer está no site do DETRAN, é uma portaria Presidente, prejudicando a ECVs que são chamadas as vistorias terceirizadas. Para que vocês saibam, essa portaria está beneficiando apenas e exclusivamente o filho do senador Acir Gurgacz, que é o dono da Alfa Vistoria. Essa perversa portaria é que tem acabado com o sono das pessoas que vieram para Rondônia que investiram em barracões, que investiram em infraestrutura que vão gerar cerca, direta e indiretamente, cerca de quase cinco mil empregos, diretos, indiretamente uns vinte mil empregos, estão sendo cerceados de poder trabalhar por conta desse famigerado monopólio, dessa portaria que a diretora do DETRAN assinou para que apenas beneficiasse uma empresa.

Senhores Deputados, eu peço encarecidamente a todos vocês que atentem para esse detalhe, que depois dessa portaria também pode transformar em lei como foi transformado essa das placas. Imaginem vocês, você paga numa vistoria em torno de sessenta reais e depois você tem que pagar uma vistoria para o DETRAN só para ele homologar sendo que ele não fez a vistoria. O DETRAN não perde absolutamente nada e eu sempre comento nas reuniões de bastidores que eu tenho com os amigos, de que no DETRAN se paga até para respirar. Hoje no DETRAN, você paga até para respirar, tudo é pago, tudo é taxa. Inventaram Deputado e que foi aprovado aqui por Vossas Excelências, uma famigerada taxa de devolução de processos, isso não existe em nenhum DETRAN do país. Você entrega um documento e se houver alguma restrição, alguma coisa, o funcionário já recebeu, está tudo ok, dá o protocolo para você e aí no outro dia você vai pegar o documento, apareceu uma multa. O DETRAN devolve e o despachante tem que ir com a cara mais lavada do mundo, o despachante é troço que sofre viu? ele tem que chegar para o usuário e dizer: olha, de ontem

para hoje cadastraram uma multa no seu carro, então como eu dei entrada ontem e entrou a noite, o documento só sai no outro dia, ou 03 dias depois então, nós vamos ter que pagar taxa de devolução de processo, uma taxa de quarenta e oito reais. Eu gostaria que Vossas Excelências revissem isso aí, porque isso é uma vergonha, isso é um roubo, nós temos que pagar quarenta e oito reais para o processo poder ter andamento de novo, depois de pago todas as taxas, que são as taxas mais caras do país e só o despachante paga, o usuário não paga e o funcionário que analisa ali também, sequer, tem qualquer tipo de punição porque ele recebeu o processo errado. Então, são coisas que a gente precisa rever Deputado.

Dizer também para vocês, que os despachantes do Estado de Rondônia na nossa gestão, o SINDERON, nós temos procurado todos os dias, diuturnamente com a direção do DETRAN, porém, eles não são de dialogar, eles não fazem parte...

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Presidente, com relação a essa taxa aí que o senhor falou, vocês pediram e a gente já propôs aqui, já aprovamos e encaminhamos para o Governo, já está aprovado, não é isso Manvailer?

O SR. MARCIZO NOGUEIRA BORGES – Taxa de quarenta e oito reais, taxa de devolução.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Nós aprovamos, foi para o Governo sancionar ou vetar.

O SR. MARCIZO NOGUEIRA BORGES – Muito obrigado, Presidente. Quero parabenizar Presidente, os nobres Deputados que são iniciativas como essas Presidente, que engrandecem, é que fazem com que a democracia se sobreponha aos problemas que existem na própria sociedade e, principalmente nas instituições organizadas. O Senhor está de parabéns por ter proporcionado a nós o direito de podermos discutir e definirmos metas que podemos seguir daqui para frente, é inadmissível que o DETRAN continue fazendo todo tipo de abuso com os usuários, com os profissionais dos quais nós convivemos o dia a dia, é inadmissível que o DETRAN continue fazendo tudo que ele bem entende sem a fiscalização de ninguém, é preciso que se crie alguma normativa de que o DETRAN não pode fazer o que ele quer. O DETRAN elabora manuais de procedimentos, e sequer chama o despachante para poder discutir o que deve ser feito. Hoje, em Porto Velho, tem um procedimento no trâmite de documento, lá no Cadeias é outro, em Vilhena é outro, em Ji-Paraná é outro, não tem uma definição de uniformidade de procedimento de processos, infelizmente. O DETRAN simplesmente em 04 anos dessa gestão do DETRAN, atrasou o DETRAN em 04 anos. O DETRAN, hoje, é um dos DETRAN's mais atrasado do País. Precisamos que seja tomada medidas cabíveis diante dessa situação, nós não aguentamos mais essa relação estreita que o DETRAN sempre tem com as coisas erradas, precisa também ser combatida, o DETRAN, precisa que alguém fiscalize ele. Essas comissões examinadoras de trânsito Solange, é um absurdo, funcionários nomeados nas mais diversas diretorias. Vou citar a Diretoria de Habilitação. eles pensam que tem o rei na barriga, eles só atendem quem eles bem entendem, você

acredita nisso? Servidores de carreira, servidores eminentemente técnicos, estão sendo deixando de lado por conta de uma política nefasta que o DETRAN implementa no órgão.

No mais, eu queria agradecer a cada um de vocês, a presença de cada amigo ou amiga que vieram do interior, passaram a noite toda de sono, Deputado, a fim de estar aqui para discutir essas problemáticas, já que o DETRAN se esconde de discutir os problemas frente a frente. Dizer para vocês, que a assessoria jurídica do SINDERON, na pessoa do Dr. Ribamar, defende os seus filiados e não o seu Presidente. Dizer a vocês, que graças a uma ação que eu entrei no Ministério Público Estadual contra esse aumento abusivo das placas, que uma placa que em janeiro custava oitenta reais, passou a cento e oitenta reais. Hoje, estamos discutindo esses preços, porque nós estamos discutindo as empresas, ninguém está discutindo, ninguém falou de preço e que estão assaltando a população que necessita trocar um par de placa, uma placa que custava cem reais em janeiro, que já era caro, hoje está custando cento e oitenta reais e no interior já surgiu uma conversa, e onde há fumaça, há fogo; que a partir do próximo ano, a placa já vai valer em torno de duzentos e cinquenta reais. O nosso Sindicato fez um levantamento em todo o país, o custo benefício de uma placa não chega a sete reais e cinquenta centavos, que absurdo! Aqui em Rio Branco, uma placa custa sessenta reais, o par de placas; aqui é cento e oitenta, vai chegar a duzentos e cinquenta se nós não pararmos com essa pouca-vergonha.

Quero agradecer a presença de cada um de vocês, em nome de Deus, do grande arquiteto do universo. Agradecer a cada um de vocês que saíram dos seus lares, que trafegaram quilômetros e quilômetros para poder discutir essas situações; dizer a vocês que o bem sempre vence o mal.

Muito obrigado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado Presidente Marcizo.

Quero dizer o seguinte: depois da Audiência Deputado Ribamar, Deputado Adelino, Deputada Glaucione, Deputado Cláudio, Deputado Jean, a população de Rondônia, nós, não podemos deixar o povo de Rondônia pagar esse valor não. Aqui todos os fabricantes estão dizendo que dar para vender a oitenta, cem reais a placa e o povo está pagando cento e oitenta. Nós vamos ter que fazer, nós vamos ter que fazer, copiar o Acre, cobrar sessenta reais. Eu estava olhando a lei, a lei que estabelece normas sobre o credenciamento de fábricas de placas e tarjetas para veículos automotores no âmbito do Estado de Rondônia junto ao DETRAN, parece uma bíblia, tem artigo demais, Deputado Maurão, só para falar, só para disciplinar essa questão de placa, de fabricação de uma placa, uma coisa tão simples, isso é uma bíblia, um dos dois dias para o cara ler um trem desse, fora os Decretos e as Portarias que eles criam dentro da lei. Isso aqui, meu Deus do céu! A Constituição dos Estados Unidos é menor do que isso aqui. Aí os caras falam assim: - Nessa lei tem pegadinha. Isso aqui não tem pegadinha não, isso aqui é tocaia mesmo.

Vou passar a palavra para o Deputado Adelino, depois a Dalva está inscrita, aí tem o Abel.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Deputado Hermínio, Deputado Cláudio, Deputada Glaucione, todos os Deputados aqui presentes, despachantes e também proprietários de autoescola, funcionários. Para nós é um prazer estar aqui ouvindo, inclusive ontem eu tinha que estar em Ariquemes, faleceu uma amiga nossa e daqui a pouquinho eu estou saindo, eu tenho que sair porque ainda vou no enterro lá em Ariquemes. Mas eu quero dizer que para nós é um assunto superimportante por isso nós ficamos aqui, estamos participando e, com certeza, tivemos que nos empenhar para poder resolver esse problema definitivamente, para não deixar acontecer aquilo que está acontecendo. Eu quero dizer que quando a Presidente citou aqui a questão da estrutura das autoescolas que é muito importante... Estamos batalhando. Em Ariquemes, agora, foi licitada a questão da pista, mas está enrolada, foi liberada só uma etapa do prédio e a questão da pista, mas com certeza o Poder Público tem que ser mais parceiro, o próprio DETRAN tem que ser parceiro, porque dando estrutura para as autoescolas estamos colaborando para que todas consigam fazer um trabalho melhor e automaticamente ter pessoas mais habilitadas, com mais condições de dirigir no trânsito. Eu quero dizer, Presidente, que foi citada aqui, várias vezes, leis que passam por essa Assembleia e, às vezes, não temos noção, quando vai votar, da complexidade e da dimensão dessas leis. E eu falo que isso é em grande parte culpa das Comissões que não funcionam. As Comissões elas estão lá, Deputado Maurão, para analisar e inclusive pegar a assessoria jurídica para analisar caso a caso para que não chegue surpreendendo aqui no Plenário muitas vezes, e é por que as Comissões não analisam e acaba votando aqui coisas sem chamar atenção, sem chamar as categorias, que a Assembleia pode intermediar isso para poder discutir antes de aprovar. Então, com certeza, nesta Casa uma falha muito grave, nós temos que corrigir, já foi batido muito nisso e muitas vezes as Comissões, agora nós estamos discutindo à Mesa, já tem gente dando Comissões, espalhando para os Deputados sem saber o perfil desse Deputado, nem sabe se esse Deputado tem intenção de participar nas Comissões. Aqui nesta Casa tem muitos Deputados que não participam nas Comissões e são Presidentes de Comissões, são Vice-Presidentes porque foram negociados politicamente. Então essa é uma falha muito grave que eu quero deixar aqui registrada, e que nós temos que corrigir. Mas eu quero também dizer que no DETRAN, nós aqui temos, o próprio Abel conhece, tem muitos Prefeitos hoje sendo incriminados, vários municípios fizeram convênios aonde o próprio DETRAN mandou uma empresa fazer os projetos e depois foi liberado recurso, e agora coloraram aquele mastro de madeira e outro mastro de metal, o de metal fica oito vezes mais caro. Induziram as Prefeituras, nas licitações, para colocar errado, colocar a licitação e depois a engenharia, por uma briga interna do DETRAN, parte da engenharia autorizou. Não pode fazer porque o preço é de madeira, e a madeira é o certo por que ela é melhor do que o metal, porque o metal se o carro encostar nela, ela entorta, você já perdeu o material. A madeira não, ela é dura, ela é firme. E agora as Prefeituras, acho que tem 8 municípios que eu conheço, já me procuraram eu fui lá, agora estão montando uma sindicância, ouvindo os ex-prefeitos, ouvindo o atual Prefeito, determinando para as Prefeituras devolverem. Isso foi coisa do DETRAN, empresas designadas pelo DETRAN que

fizeram esse projeto e foi o DETRAN que examinou e autorizou. Então eu gostaria de deixar essa denúncia, eu já estive lá umas 4 vezes, já teve vários Prefeitos fazendo defesa e agora estão ouvindo porque tem uma Ação Civil Pública em cima dos Prefeitos. Coitado dos Prefeitos! Inclusive eu gostaria... a responsabilidade dos municípios, está lá o serviço bem feito, foi executado e agora vem uma briga interna dentro do DETRAN. Já falei para a Diretora Geral que isso tem que resolver, eles que fizeram o angu que comam não podem envolver os municípios. Então eu gostaria de deixar registrado essa indignação, inclusive desse trabalho que está sendo feito para que uma empresa só fique responsável. O monopólio é a pior coisa que existe nesse mundo, tem que acabar. Nós precisamos que tenha concorrência, nós precisamos que haja uma legalidade, dentro da legalidade, e que participem o maior número de pessoas porque é isso que disciplina o preço. Se você não tiver concorrência, fica muito cômodo, como foi citado aqui pelo Presidente do Sindicato de que uma placa fica oito, dez reais e estão cobrando essa quantidade. Eu acho que nós temos que sentar... contem comigo, se for o caso de revogar a lei ou adaptar a lei ou fazer qualquer coisa, eu estou à disposição, vocês contem comigo. As autoescolas têm uma responsabilidade muito grande para combater os acidentes. Aqui foi citado a arrecadação do DETRAN, mas é bom dizer que a arrecadação do imposto dos carros, 50% vai para os municípios, 50% vai para o Estado. O que fica para o DETRAN, são as taxas. Também foi aprovado aqui 25% que ia para a saúde. Então isso é uma realidade que a gente tem que analisar nesse sentido. Mas com certeza o DETRAN hoje é um dos maiores arrecadadores do Estado de Rondônia, o DETRAN hoje tem uma responsabilidade muito grande porque hoje a maioria dos acidentes que tem, a maioria dos pacientes do João Paulo II, do Hospital de Base, são provenientes de acidentes de trânsito. Então, o DETRAN tem que ser melhor vigiado, cuidado das leis. Vocês contem comigo naquilo que for importante, junto com os sindicatos, tanto dos despachantes como das autoescolas, vocês contem comigo, nós vamos tentar, se for preciso fazer uma comissão de vocês junto com uma comissão do DETRAN e chegar num entendimento. Nós vamos fazer o que é melhor para a sociedade de Rondônia e automaticamente para vocês.

Obrigado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, Deputado Adelino.

Agradeço a presença do nosso ex-Deputado Agnaldo Muniz e quase Deputado, não é? Faltou trezentos votos, não é Agnaldo? Que coisa.

Eu vou passar a palavra agora para o nosso Dr. Delegado Osmar Casa. Doutor o senhor fique à vontade na Tribuna, e logo após, como o senhor disse que tem um compromisso, pode sair. O senhor dá a palhinha e logo em seguida o senhor fica liberado para ir.

O SR. OSMAR CASA – Bom dia a todos. Bom dia Senhor. Presidente Hermínio Coelho, em nome de quem cumprimento todos os integrantes da Mesa e demais pessoas aqui presentes. O tema é de suma importância, portanto quero parabenizar desde já pela Audiência Pública, porque não só como delegado de polícia, mas como cidadão que depende do serviço público,

também acho que precisamos realmente que os órgãos públicos funcionem com mais eficiência e efetividade possível. Como observador que tem acompanhado aqui a Audiência, os temas na maioria das vezes apenas estão tangenciando, mas não atacando, não são temas de alçada da Polícia Civil. Na medida que eu tenho visto aqui os Despachantes falando a respeito das taxas, dos critérios, determinados temas que, talvez, tenham dificultado a sua atuação nas autoescolas ausência de centros de treinamentos, a questão da biometria. A respeito dos fabricantes de placas, as novas normas a respeito das concessões, eu creio que inicialmente isso possa ser aprimorado através das leis, decretos ou a sua revogação, talvez com revogação de prazos e critérios. De modo que não sendo necessário a nossa presença aqui neste momento, também em respeito ao contribuinte que paga o meu salário e exige que eu retorne para a delegacia para cumprir alguns procedimentos, eu pediria licença para retornar a Delegacia e em havendo qualquer situação de crime, insinuação de crime, eu acredito que tenha o responsável para assessorar aqui a Assembleia esteja resumindo aqui as situações, mas se necessário for e tiver alguma situação que deva ser apurado pela Polícia Civil, que seja encaminhado através da Direção geral da Polícia Civil para que a nós possamos apurar, se eventualmente houver um crime. Nós sabemos que não é necessariamente só em relação a administração pública, mas também que todos aqui se respeitem, que os ânimos estejam em condições de discutir os temas e não discutir pessoas, que não hajam agressões verbais ou físicas ou até depois de encerrada a Audiência Pública, mas que qualquer incidente que haja necessidade de apuração de infração penal que encaminhe para a Polícia Civil que iremos apurar na medida do possível. Em razão disso, eu peço licença para retornar até a delegacia, e que os trabalhos continuem com a necessidade, realmente de sempre aprimorar o sistema. Não só em respeito ao DETRAN, propriamente dito, mas qualquer Órgão Público merece sempre ser aprimorado.

Obrigado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, Doutor Osmar.

O senhor já fique à vontade. Obrigado pela participação, pela contribuição aqui na nossa Audiência.

Quero chamar a senhora Dalva para dar o direito de resposta. Logo após o Deputado Jean.

A SRA. DALVA – Meu nome é Dalva, sou proprietária de autoescola, despachante há 14 anos no segmento. Quero parabenizar esta Casa, na presença do Presidente, e também a Deputada Glaucione, Deputado Cláudio Carvalho. Prazer em revê-los. Quero cumprimentar também aos despachantes de forma geral, da capital e do interior; também proprietários de autoescola, dizer que é um prazer vê-los neste momento. Quero fazer aqui alusão a fala do senhor Deputado Adelino Follador, quando ele demonstra na posição de Parlamentar a preocupação da Casa em assinar muitas vezes o que não se deve assinar. Então, eu quero reforçar, agora na posição de povo que sou, de sociedade, essa preocupação em mim é maior ainda. Situações como estas vocês percebiam o quanto é valioso uma assinatura de cada Deputado para benefício ou

não. Então que possamos ter mais cuidado com relação a isso. Quanto ao DETRAN, quero também cumprimentar a diretoria aqui presente e dizer também que sempre que houver alguma Portaria que diz respeito a Despachante, proprietário, que nós possamos ser convidados e fazer parte, porque nós somos diretamente ligados, quer queira quer não. Então que nós possamos fazer parte e também dar nossa opinião nas Portarias que forem feitas.

O que eu vou dizer aqui, em uma Audiência como essa, é que se percebe muita divergência de opinião, mas o que eu vou dizer certamente não tem nenhuma divergência, é com relação ao valor à vida, todos nós queremos ter vida e vida com qualidade, tanto nós como nossos parentes, amigos. E quando se fala em qualidade de vida, de preservação à vida, nós temos que admitir que o trânsito mata muito. Temos visto nos últimos dias, em via nacional atropelamentos que matam famílias inteiras, sem habilitação, alcoolizados e isso é muito preocupante. Então, falar em qualidade de vida, precisamos falar também de um trânsito de qualidade, e quando nós falamos de um trânsito de qualidade, puxa logo o condutor consciente. E é esse condutor consciente, cidadão, que nós devemos estar preparados para formar enquanto centro de formação. E falando nisso, nós também não podemos descartar a posição do DETRAN. É lógico que quem chega em uma autoescola para tirar a sua habilitação ele tem que ter um bom atendimento, ele tem que ter uma boa instrução. A questão da conscientização... tem que ter um bom veículo, ele tem que ter um bom instrutor, ele tem que ter um local para fazer as suas provas. Quando o DETRAN fala em relação ao local de treinamento, eu gostaria que isso fosse visto de uma outra maneira pelo órgão. Quando fala que justifica que o exame é feito nas vias, é verdade. Parte do exame é feito nas vias, somente parte do exame. Quando nós falamos de baliza, o exame de categoria B, ele é feito em duas fases: via pública e baliza. Quando nós falamos de balizamento, esse nosso candidato que paga uma taxa altíssima, a do DETRAN, não fica por baixo, não é a mais barata do país, no DETRAN Rondônia, esse aluno, candidato, já está extremamente emotivo, nervoso e preocupado. Então ele precisa... concordam comigo? Ele precisa de uma água para beber, ele precisa de algo, de um teto que lhe abrigue do sol e da chuva, ele precisa de um banheiro. Isso é de extrema necessidade. Nesse momento ele está no meio da rua que nada disso oferece. Aí, sim, no segundo momento quando é feito o percurso de rua... mas quando ele sai para o percurso de rua se ele até então esteve neste ambiente com estrutura física adequada, ele está tranquilo. Agora, do jeito que tem sido durante estes 14 anos, posso falar porque eu faço parte do segmento, é desumano. Então, como o falante anterior a mim falou, nós não estamos falando de pessoas, discutindo pessoas. Tenho o maior carinho pelo Sydney, mas vamos falar em termos de DETRAN, DETRAN Rondônia. Então nós precisamos sim, e o desafio que falei que iria fazer aos Deputados da Capital, aqui eu vejo o Deputado Jean. Quem mais é da Capital? Deputado Cláudio Carvalho, Deputado Hermínio. O desafio que eu faço é o seguinte, Deputados: ajude-nos o mais rápido possível a ter esse local para examinar. Hoje, o meu aluno, felizmente, tem o local próprio para treinar; banheiro feminino, masculino, água gelada, cafezinho, cobertura arborizada, iluminado, mas quando

ele chega no DETRAN para ser examinado, onde deveria ser o contrário, por ser uma instituição tão rica ele tem menos do que recebe no meu centro. Então, que o DETRAN se alerte para isso, que o DETRAN se alerte para isso. E esse aluno, gente, é o povo. É aquele que paga, é o nosso mantenedor, portanto ele merece muito respeito. E com relação as aulas noturnas, eu falo mais, hoje o DETRAN Rondônia não tem muito o que fazer, já que é uma Lei Federal, mas para os Deputados nossos aqui que sempre tem contato com Brasília com certeza... gente, porque insistir numa situação onde ninguém ganha. Eu não vejo motivos para isso. Autoescola não ganha, o instrutor não ganha, aluno não ganha, manutenção de veículo é dez vezes maior do que as nossas vias, não oferecem condições de estrutura física, de asfalto e nem de iluminação, além da periculosidade que é grande. Então, se tivermos oportunidade já baseado nestes Deputados Federais que estão desenvolvendo discursos inflamados contra essa Lei, Vossas Excelências aqui, Deputados de Rondônia, vamos dar essa força, porque realmente eu não vejo razão para haver essas aulas noturnas, elas não acrescentam em nada. Eu garanto pra vocês que quatro aulas diurnas para o aluno em termos de aprendizado é muito mais viável em todos os sentidos do que quatro aulas noturnas, fora a dificuldade que nós temos como empregadores de convencer esse funcionário a estar até às 21 horas na empresa, sendo que ele poderia estar com a sua família fazendo uma faculdade, um cursinho, qualquer coisa a mais além de trabalhar. Então, para nós, que somos empregadores está sendo muito difícil e para o aluno também nem se fala. Então está difícil para todo mundo. Vamos procurar acabar com essa situação e melhorar para todos, não é isso? Então, eu acho que é isso que eu teria que falar.

Quero agradecer a presença de todos e dizer que, quando tiver definida a Diretoria-Geral do DETRAN, com esse Governo que agora entrou, que realmente tenhamos outras audiências, Presidente, outras audiências como esta, porque aí falaremos diretamente com a pessoa que tem todo o poder de resolver.

Muito obrigada.

Bom dia.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado Dalva. Eu vou passar a palavra agora para o Abel. Por último vai ser você, depois os Deputados. Depois do Abel.

O SR. ABEL LOPES DE ANDRADE – Bom dia a todos e a todas. Gostaria de cumprimentar o Presidente Hermínio, a Deputada Glaucione, o Deputado Cláudio, a Solange, o Marcizo, e os demais Deputados, senhores e senhoras.

Ouvi com muita surpresa, hoje, algumas pessoas falando que eu não dei apoio para o Sindicato. Todas as ações, todas as portarias, tudo, tudo que aconteceu pelo DETRAN eu imediatamente comuniquei a todos, eu dei suporte a todos através de comunicado, está no meu computador para provar para quem quer que seja. Então, eu vou falar aqui da questão do Sr. Iwaldir. O Sr. Iwaldir ele é um fabricante de Vilhena, ele com problemas de certidões não deu entrada na empresa dele, ligou para mim apavorado. Eu falei: "Iwaldir, constitui outra empresa ou compre uma empresa". E assim ele o fez, só que devido ao prazo quando ele protocolizou tinha outras empresas

protocolizadas na frente dele. Não é isso Iwaldir, a verdade não é essa? Eu tenho conhecimento de uns fabricantes que estavam até hoje... porque os 49 fabricantes teve o Lourival de Espigão do Oeste, o Sr. Iwaldir. Que eu tenha conhecimento, os demais, todos os fabricantes já estão autorizados, inclusive, já deram entrada nos Requerimentos para o credenciamento. Se algum ficou fora é porque não atendeu a portaria ou desavisados deixou para a última hora, não teve vagas. Então, gostaria de deixar bem claro que em nenhum momento eu fui covarde, eu gostaria que qualquer um dos senhores dissesse se eu não vos atendi todas as vezes que fui procurado. Agora, o que não pode é cobrar de mim: "ah! Mais tinha que segurar o direito nosso". Eu sou um Presidente do Sindicato, eu não sou Diretor do DETRAN e não sou eu que faço as regras. Não podem atribuir a mim uma coisa que eu não tenho força para fazer. Entendeu? Gostaria que, se eu puder falar, gostaria que tivessem o respeito, porque eu ouvi todo mundo calado, por gentileza.

Então gente, aqui eu estou vendo algumas pessoas falando com ódio, com rancor. O outro falou que eu sou o capeta. Eu acho que tem que ter respeito com o ser humano. E o dinheiro que eu tenho, é porque desde moleque sempre trabalhei, eu não fico cuidando da vida alheia, não. Eu trabalho, vou pra cima, acordo cinco horas da manhã todos os dias e sou um pai de família e gostaria que me respeitassem como homem, como cidadão porque eu não fico cuidando da vida alheia. Se eu sou um homem de sucesso, graças a Deus e ao meu trabalho, então a inveja existe. Inclusive, Presidente, gostaria aqui... tiveram pessoas que falaram que eu dou dinheiro para Deputado, gostaria que o senhor abrisse uma forma, uma denúncia no Ministério Público para que a pessoa prove isso, porque a pessoa tem que ter responsabilidade quando acusa alguém, e cabe a ele o ônus da prova, e eu gostaria dentro das condições desse Parlamento que tomassem providência sobre isso, porque eu nunca vim oferecer dinheiro para Deputado nenhum; não fiquei dando dinheiro para Deputado nenhum porque eu não sou corrupto e não sou corruptor. Então, gostaria que me respeitassem. As pessoas para falar as coisas... tem gente aqui ressentida Deputado, por questão de preço de placa. Eu tenho aqui comprovante até do Presidente do Sindicato, ele pagou cento e sessenta reais num par de placas, queria o recibo de duzentos reais, ligaram para mim eu falei: "não". Está aqui, o que ele pagou e o recibo de cento e oitenta. Então, quem realmente levanta o preço e explora os usuários são os atravessadores e eu tenho prova aqui de vários. Do rapaz que falou que eu sou capeta, eu tenho aqui o orçamento do despachante dele, duzentos e vinte reais a placa.

Então, vir aqui falar e acusar é fácil, a pessoa tem que ter responsabilidade, tem quem ter respeito, certo? tem que ter respeito. Então, se alguém tem alguma acusação para fazer, que faça; me leve no Ministério Público e faça o que tem que fazer, agora, tem que ser respeitoso. Eu não fico me envolvendo com a classe dos despachantes, não fico me envolvendo com a classe...

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Garanta a fala do Abel. Pode falar Abel.

O SR. ABEL LOPES DE ANDRADE – Então gente, eu estou muito tranquilo. Eu quero vê daqui para frente todos os senhores

que deram entrada nesses credenciamentos o que vocês vão fazer? Setenta pessoas já deram entrada no credenciamento para o novo, e todos esses que hoje, às vezes, alguns criticaram, estavam até ontem comigo lá pedindo apoio, e tudo o que eu pude fazer pela classe eu fiz. Agora, acusar e falar... quem tiver que acusar e tiver prova que denuncie no Ministério Público, vai à polícia porque eu não sou covarde, sou um homem honrado e respeito a todos.

Muito obrigado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Com relação o que é falado aqui na Tribuna Abel é o seguinte, está aí à disposição se você precisar de cópia a Assembleia fornece, agora a gente encaminhar alguma coisa pra que, alguém provar o que falou ali, não. Nós não vamos, isso aí cabe a você ou a quem se sentir prejudicado ou ofendido por alguma fala. Se precisar da taquigrafia aqui, da cópia e da gravação a gente passa a vontade, mas a Assembleia mesmo encaminhar o que o povo fala aqui na Tribuna de jeito nenhum. O povo fala o que quer e fala a vontade.

O Deputado Jean, com a palavra.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Bom dia senhoras e senhores Deputados.

Quero cumprimentar em especialmente o Sr. Presidente e a todos que compõe a Mesa; cumprimentar aqueles que participam desta Audiência Pública, a todos que vieram até a Casa para prestigiarem o nosso trabalho. Eu queria, Sr. Presidente, mais uma vez lhe parabenizar pela iniciativa de propor essa Audiência Pública. Eu queria aqui dizer a todas as categorias, aos despachantes, aos fabricantes de placas e aos proprietários de autoescolas, que de fato esta Casa é do povo, aqui é o local para se discutir, para tentar trazer o entendimento e corrigir as distorções. Ainda ontem, Sr. Presidente, concedi uma entrevista a uma emissora de rádio, onde o entrevistador me perguntou o que eu achava, qual era a função do Deputado. Eu disse: "que a função primordial do Deputado era corrigir as distorções e diminuir as desigualdades". Dois assuntos que foram tratados aqui de grande importância que a gente vai adentrar. Acredito que diminuir a desigualdade é o que? É trazer para as demais cidades, Centro de Treinamento e exames. Por exemplo: teve uma representante do DETRAN que disse: "é impossível construir os Centros de Treinamentos nos municípios". Eu discordo. Eu acredito que de uma vez só eu concordo que é impossível, não tem orçamento, não tem financeiro suficiente, mas existe um programa de planejamento para que a gente comece a instalar e a construir esses centros de treinamentos nos municípios de mau aporte. É uma vergonha, de fato, a nossa capital não ter. É uma vergonha, a cidade de Porto Velho, a maior do Estado, o maior número de habilitados, de motoristas, não ter um local apropriado para fazer esses exames ou para fazer o treinamento. Eu acredito que é possível a gente corrigir essa desigualdade para com os municípios, como Ji-Paraná que já vai para a segunda, criando uma parceria, Deputado Adelino Follador, é possível criar um Centro de Treinamento e Exames e também, no mesmo espaço, criar um local apropriado para lazer. Tudo isso é possível. Basta os gestores se reunirem e conseguir aproveitar o máximo aquele espaço, aquele terreno. E que nos cabe às distorções,

como eu falei que os Deputados têm a função de corrigir distorções.

Eu queria adentrar a Lei 3389 que foi aprovada em 16 de junho de 2014, por esta Casa. Presidente, não é a primeira vez que a Assembleia comete equívoco e tem que voltar atrás. Errar é humano, mas nós não podemos cometer esses erros todos os instantes porque nós somos escolhidos entre meio a população para representá-los, então não cabe a nós, não é facultativo o erro a nós. Nós não podemos ficar errando a todo momento e voltando atrás para corrigir, como foi o caso do aumento de IPVA. Acho que nós temos que ser coesos e eu quero concordar com Vossa Excelência, Deputado Adelino Follador, quando diz que esta Casa não está aproveitando as Comissões. Tem Projetos que chegam aqui nesta Casa, Presidente, que o Executivo fala: 'se não aprovar agora, nós vamos perder recurso que vem do Governo Federal'. Só que eu queria dizer que a culpa, se perder o recurso, não é da Assembleia, a culpa é do Executivo por mandar atrasado o Projeto, porque nós temos o nosso tempo para analisar. Nós não podemos aprovar nada no atropelo. E o que foi feito nessa Lei 3389, foi aprovada no atropelo. Mas eu quero fazer um convite a todas essas categorias, despachantes, fabricantes e proprietários de autoescolas que contem com o Deputado que se sentir mais familiar. Nós aqui estamos de portas abertas para atender vocês. É a primeira vez que nós estamos aqui fazendo uma Audiência Pública para debater DETRAN. Eu passei quatro anos do meu mandato questionando o DETRAN, falando disso, daquilo, de blitz equivocada, de operações opressivas. Várias vezes falei isso e em nenhum momento fui procurado por um despachante, por um proprietário de autoescola ou por um fabricante de placas. Então eu quero me colocar à disposição como os outros colegas também estão. A Casa está aqui para discutir esse tipo de assunto. O primeiro questionamento pela Lei 3389, Senhor Presidente, é o seguinte: por que essa Lei cria duas categorias de fabricantes de placas? Nós tínhamos, anterior à votação dessa Lei, a criação dessa Lei, uma única categoria, nós tínhamos os fabricantes de placas. Os fabricantes estavam lá, era uma concessão, ele tinha a empresa dele, fabricava placa e comercializava. Não vou entrar no mérito de mercado, de valores, de preço, não vou entrar nesse mérito. Eu quero só entrar no mérito, que eu quero entender o motivo do DETRAN fazer essa separação da empresa. Eu quero entender o motivo, porque o DETRAN, um órgão público vai fazer essa diferenciação? Não venha com a conversa de que é para organizar melhor, ainda, o serviço que isso não funciona. Hoje nós temos, a partir dessa Lei, a fábrica de placas e tarjetas primárias, para resumir, é uma única empresa, uma concessão que a cada seiscentos mil veículos, se eu não me engano, a cada seiscentos mil veículos é concedido uma concessão. Ou seja, quem sabe daqui trinta anos nós vamos ter mais uma concessão para ser concedida, já que nós temos, nós não temos oitocentos mil veículos aqui, nós temos setecentos e poucos mil, um pouco mais que seiscentos. Então hoje nós temos essa única empresa que é responsável por ceder toda matéria prima para fabricação de placa, ou seja, vamos falar aqui, popularmente falando, daquela chapa de alumínio com código de barra. Então, eu não vim questionar quem ganhou ou quem deixou de ganhar. O equívoco, meus amigos, não está por parte de quem ganhou, o equívoco está pela Lei. Eu estou falando

como agente público. Nós estamos falando como a Assembleia e o DETRAN, os empresários se ajustam conforme a Lei. Eu não vou questionar ninguém, o que está equivocado, é a Lei. Se tivesse uma Lei dizendo que mais vantagem... o empresário está aí para poder fazer conforme a Lei. Agora, a Lei está equivocada em fazer essa divisão dos antigos proprietários de empresas, de fabricantes de placas, dividindo entre as tarjetas, os fabricantes de placas e tarjetas primárias, dividindo dos fabricantes de estampagem de placas. Ou seja, um vai fornecer aquela placa de alumínio com o código de barras e os antigos empresários, que fabricavam placas, simplesmente vão estampá-la com número e letra. A gente está simplesmente, Presidente, concordando com um capricho do DETRAN. Para mim, criar esse instrumento de um código de barra na placa, é colocar mais peso ainda nas costas do contribuinte para ele ter que contribuir. Mais uma vez o contribuinte vai ter que enfiar a mão no bolso e gastar para poder se adequar a essa nova norma. Vai ter que trocar todas as placas, são setecentos e trinta mil veículos, setecentos e trinta mil placas novas. Primeiro que eu não acredito que o DETRAN está, ele tem condição de receber esse volume todo de uma vez só, até porque o DETRAN, nessa gestão, ficou mais fora do ar do que dentro do ar. Então, eu só queria dizer uma coisa, Senhor Presidente, nós estamos aqui aceitando um capricho do DETRAN, porque para mim é uma redundância, porque se existe lacre é para fazer esse controle. É o mesmo controle que vai ter o lacre e o código de barras. Nós estamos cometendo uma redundância, excesso de zelo e capricho que não vai sair de graça, vai custar caro para o contribuinte. E quero ir além. Isso, Senhor Presidente, não consta em Portaria, em Lei, em nenhum tipo de norma, nenhuma Federal. Isso está sendo criado aqui no DETRAN de Rondônia. Se tem em algum DETRAN, não sei onde, no Estado do Maranhão, no Goiás, não interessa para nós. Nós queremos o que é... eu aprendi que nada se cria, tudo se copia, mas vamos copiar exemplo bom, não vamos copiar exemplo que possa enriquecer empresários e empobrecer, custar mais ainda para o nosso contribuinte.

Eu queria, Senhor Presidente, fazer uma ponderação em cima do que o Diretor de Operações falou. Ele falou que o número de empresários que detém concessão de fabricação de placas são 70 e em Rondônia nós temos setecentos e trinta mil veículos, ou seja, o Estado de Goiás, parece que tem três milhões e tem 23; o Amazonas tem não sei quantos milhões e tem 1 só. Eu quero dizer que quem faz a concessão para as empresas é o DETRAN e a atual gestão concedeu mais ainda. Então eu só quero dizer que se aumentou o número, se tem um número alarmante, que eu não concordo, eu acho que quanto mais, melhor, porque o contribuinte vai ter opção, se chegar num que é duzentos reais, como foi dito aqui, e o outro está cobrando cem, o contribuinte tem a opção de ir no mais barato. A concorrência é legítima e boa para o mercado. Agora, nós não podemos entrar nesse mérito. Acho que quanto mais, melhor, nós vamos gerar emprego, vamos gerar renda e ainda vamos dar oportunidade para o contribuinte escolher onde ele quer estampar a sua placa. Senhor Presidente, eu queria... outra ponderação para fazer, não me recordo o artigo da Lei, acho que é o artigo 15, que fala sobre as empresas que estavam credenciadas por Portaria antes da Lei, ou seja, pessoas que estavam há 15, 12 anos trabalhando, tem gente com 20 anos,

muito tempo trabalhando na praça e é o seu sustento, não sabe fazer outra coisa, se especializou naquilo lá e depois da lei simplesmente deixou de existir esses credenciamentos. Então, é um equívoco, é um equívoco, primeiro é um equívoco porque através dessa Lei 3389, foi dado muito poder ao DETRAN, demos muita autonomia. A regulamentação deles feito pela Portaria 2980; acho que é isso, essa Portaria basicamente, a lei define muito pouco, a lei dá um norte muito simples, é muito subjetiva a lei, aí vem a Portaria e faz o que quer, e aí eu quero dizer que se foi pelo princípio da cronologia ou não, se não é inconstitucional essa lei, não estamos tratando somente da legalidade da lei, estamos também tratando da moralidade e do que é de importância social, do que é de importância levando em consideração a vida toda dedicada a esse serviço, a essa empresa. Nós não podemos ser incoerentes e fazer uma lei hoje e esquecer o passado, esquecer a luta das pessoas em prol desse serviço. Então, diante disso tudo, Senhor Presidente, falando basicamente em cima dos fabricantes de placas, mas eu sei que tem aqui despachantes, eu sei que tem aqui proprietários de autoescolas, outras oportunidades nós vamos abrir para entrar em assuntos específicos de cada um desses setores, mas hoje falando da fabricação de placas, eu quero dizer em resumo geral, eu sou contra esse negócio de fazer uma nova placa, todos nós vamos ter que trocar as nossas placas por uma placa com código de barras. Eu já tenho informações que em 2016 as placas serão alteradas, todas as placas dos países que compõem o MERCOSUL serão um tipo único de placa para que os veículos transitem entre os países que fazem parte do MERCOSUL. Em 2015, vamos trocar uma placa, pagar 150 o contribuinte, mais ou menos isso, 200, vai pagar 200 reais, quando for em 2016, um ano depois, vai ter que trocar de novo. Então eu acho o seguinte. Primeiro ponto: nós precisamos ajustar essa lei, eu discordo de que é necessário existir uma placa com código de barra. Tem que acabar, para mim tem que voltar o que era antes. Para mim, Senhor Presidente, tem que voltar o que era antes.

Vou fazer a conclusão do meu raciocínio e encerrar minhas palavras.

Senhor Presidente, observe bem, para mim nós temos que acabar com esse capricho do DETRAN. Não é assim a vontade de um gestor isoladamente porque chegou lá no DETRAN e quis fazer dessa forma e a população vai pagar esse preço, eu acho que nós aqui somos os maiores defensores, os representantes da população. Eu discordo como representante da população, e quero rever essa lei, quero que a Assembleia forme uma comissão para discutir mais profundamente esse assunto. Não quero me adentrar tanto, nós tivemos aqui graves denúncias feitas através desta Tribuna, utilizaram a palavra aqui, um atacou o outro, eu não quero adentrar a esse assunto, eu não quero ir tão além, mas se necessário for, Senhor Presidente, eu não tenho dúvida que esta Casa pode montar uma Comissão Parlamentar de Inquérito, uma CPI para apurar se houve informação privilegiada, se houve qualquer tipo de situação, onde houve direcionamento na licitação, a Casa pode fazer isso, mas para que a gente não vá tão longe, eu acho que o melhor é corrigirmos essa distorção, é revogar essa Lei 3389,

se for o caso fazer os ajustes que precisam ser feitos nessa questão dos proprietários de placas. Mas eu sou completamente contra essa iniciativa de código de barra, sou contra essa separação de quem vai ser o primário e quem vai ser o estampador, eu acho que empresário proprietário de placa é fabricante do começo ao fim e acabou. Eu acho que é mais ou menos isso. Aqui, acima de tudo, nós estamos respeitando uma história de cada um, mas, mais do que isso nós estamos aqui aliviando mais uma vez o bolso do contribuinte que tanto já paga para o DETRAN, e o DETRAN de Rondônia, eu não conheço nada que o DETRAN de Rondônia, tenha em valores mínimos e em melhores qualidades o serviço. Então, eu acho que precisamos, sim, trabalhar ainda mais, fiscalizando o DETRAN e outros órgãos do Executivo, porque é essa a nossa função.

Senhor Presidente, muito obrigado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, Deputado Jean. Abrir uma CPI, é só Vossa Excelência pedir, é só fazer o requerimento e pegar oito assinaturas e propor. Eu tentei fazer CPI aqui e deixei de mão, porque nunca achei apoio de nenhum Deputado, mas faça, tem meu apoio.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO – Eu vou ser sempre a favor.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Não. Mas na época que a gente propôs a CPI, Vossa Excelência não estava aqui na Casa. Dizer, Deputado Jean, que esse Projeto ficou vinte dias aqui na Casa, ficou vinte dias e Vossa Excelência que conhece tão bem essas questões do DETRAN... ficou, foi para as Comissões, e nenhuma Comissão olhou o Projeto.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Presidente, o Senhor vai me desculpar, mas a Ordem do Dia da Casa é o senhor quem faz.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Sim.

O SR. JEAN OLIVEIRA – O senhor não pode vir aqui agora dizer que o Projeto ficou vinte dias, porque tem Projeto que fica vinte minutos na Casa e é aprovado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Não, não, mas não é isso, eu não estou, eu estou dizendo o seguinte, Deputado Jean, qualquer projeto, aqui qualquer Deputado que disser: “Hermínio, esse projeto aqui eu quero discutir ele”. Pede e vista e a gente concede.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Senhor Presidente, eu já pedi vistas e o Projeto estando no meu gabinete sob vistas, ele foi votado nesta Casa, o senhor sabe disso, então eu não quero entrar nesse contexto porque isso é questão interna nossa. Eu só quero dizer que nós aqui estamos no mesmo propósito para corrigir o problema. E então vamos unir forças e vamos corrigir o problema que é da população.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Deputado Jean, a questão aqui é o seguinte: o Governo tem uma base aliada aqui, inclusive, Vossa Excelência, parte da base aliada de 95%, ele aprova o que quer, meu amigo.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Faço parte da base aliada, mas não comungo com todas as situações.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Eu não falei isso, eu não falei isso.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Senhor Presidente, eu só quero esclarecer...

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Eu estou falando que o Governo aprova tudo que ele quer aqui.

O SR. JEAN OLIVEIRA – O Artigo 1º do nosso Regimento diz “O Presidente cumprirá o Regimento e fará cumprir”, é o senhor que tem que fazer cumprir o Regimento desta Casa, o senhor é soberano. O Artigo 1º do nosso Regimento diz que o senhor deve cumprir e fazer os demais Deputados cumprirem o Regimento, o senhor sabe, o senhor tem o poder de cortar a palavra, de suspender o Deputado quando cometer equívocos contra o Regimento. Então, se houve distorções nas votações o senhor teve responsabilidade. Então, eu quero só dizer...

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Sei Deputado Jean, eu não estou querendo tirar a responsabilidade, não, o que eu estou dizendo é o seguinte: não adianta, não adianta nós ficarmos aqui até se culpando. Se culpando, quando não adianta ficar cinco dias, dez dias, um mês ou dois meses, se o Governo quiser aprovar, sempre ele vai aprovar, porque ele tem a maioria, isso a gente tem que respeitar, por isso que não adianta, Deputado Jean, não adianta dizer, aqui se discute um dia ou se discute um ano, o Governo aprova e aprovou tudo o que ele quis aqui. A não ser coisas flagrantes que tira do povo, do trabalhador principalmente, quando a gente descobria, a gente não aceitava, jamais, votar nada que prejudicasse os trabalhadores.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Presidente, eu acho que nós estamos com o mesmo pensamento, só que as nossas palavras estão equivocadas, eu acho que o que a gente tem que fazer aqui, estamos tratando de um assunto específico, vamos corrigir o assunto e os demais...

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Sim, mas nós vamos fazer tudo, porque o ideal é isso, é discutirmos com os segmentos, com quem conhece, quem vive o dia a dia. Discutir e achar o melhor caminho, e é isso que estamos fazendo aqui, e se Deus quiser, como fruto desse debate, vai sair uma legislação que corrija as distorções que existem. Com a palavra a nossa Deputada, Glaucione.

A SRA. GLAUCIONE – Quero cumprimentar a todos, e de antemão parabenizar o nosso Presidente, Deputado Hermínio, pela iniciativa dessa Audiência Pública. Eu tinha alguns compromissos já agendados no interior, mas cancelei até por pedido dos representantes, dos fabricantes de placas ali do município de Cacoal, da autoescola, despachante. Nós sabemos que é muito importante essa discussão, e esta Casa realmente é a Casa do povo, é onde procuramos discutir, aproximar pelo menos a justiça. Quero dizer aos nobres Deputados que nunca é tarde para rever o erro, se nós votamos uma lei aqui e que hoje prejudica tantas famílias, as classes, nós temos que ter humildade de rever a lei, e nós estamos discutindo aqui para rever. Então já quero deixar claro que vocês podem contar comigo, vocês não viriam do interior... nós temos pessoas de Vilhena, estão aqui até às 13 horas, sem almoço, viajaram de uma longa distância dessas sem ter certeza que está correto estar reivindicando os seus direitos. Vocês contem comigo, porque eu estou do lado de vocês. E dizer ao Deputado Jean, que quando Vossa Excelência falava aqui sobre essas placas novas, me fez lembrar uma época atrás que era obrigado a ter aquela caixinha de emergência dentro dos carros e quando as empresas desovaram todas aquelas caixinhas de emergência, venderam, que nós fomos obrigados a comprar e colocar nos nossos carros, acabou a lei, não era mais obrigado. Então, minha gente, quero dizer a toda equipe do DETRAN aqui presente, eu também sou funcionária pública, e estamos à disposição, não estamos aqui para crucificar ninguém, estamos aqui procurando corrigir os nossos erros, inclusive, erros desta Casa. Nós estamos prontos para isso, e quero dizer para vocês que realmente, temos que rever a situação do DETRAN, não só vocês que compõem essa diretoria do DETRAN, a Presidente, mas nós Deputados também, porque reclamação do DETRAN é no Estado inteiro, inclusive, dos próprios servidores que fizeram greve tantas vezes durante esse mandato. Tivemos problemas com servidores, problemas de material no interior, não sei se é gestão. Falta de recurso não é, porque o órgão que mais arrecada hoje é o DETRAN, portanto nós sabemos que não é falta de recurso. Então, é hora de realmente rever. Vamos iniciar um novo mandato, fui reeleita como Deputada estadual e a gente vai crescendo cada dia mais. Então nós vamos está acompanhando bem de pertinho o DETRAN. Quero dizer para a população, dizer para os nossos representantes aqui, despachantes, autoescolas, os fabricantes de placas, que contem com a Deputada Glaucione. Estamos aqui para somar forças. Aqui é a verdadeira Casa do povo. Se todos vocês estão levantando essa bandeira... quero dizer que existe uma velha frase que todo mundo conhece: o sol nasceu para todos, não é apenas para um. E nós vamos, Presidente, dá encaminhamento já na reta final dessa Audiência Pública... o meu pedido, Presidente, é que nós possamos elaborar já, o Projeto de Lei na próxima semana, revogar o que é tão prejudicial aos nossos queridos trabalhadores, indiretamente, do DETRAN.

Deixo aqui o meu abraço a todos vocês, a equipe do DETRAN, o meu respeito a cada um de vocês e contem aqui com a gente. Na verdade ouvimos os dois lados, fizemos nosso

juízo de valor, e dá minha parte, eu entendi, estou consciente, convicta que nós precisamos revogar a lei.

Obrigado Presidente.

O SR. LEUGINALDO – Bom dia a todos!

Sou Leuginaldo, moro em Guajará-Mirim, e eu quero dá graças a Deus por estarmos todos presentes aqui e que sempre nos conduz onde quer que vamos, embora lamentavelmente como o colega falou tem capeta no meio.

Quero cumprimentar o Presidente da Casa, os demais Deputados, autoridades presentes e todos os nossos companheiros trabalhadores que estão aqui presentes.

Em se tratando da categoria despachante, eu também sou despachante. Resumindo, eu peço apenas que os diretores dos setores do órgão atendam as reivindicações feitas pelo nosso Presidente que é sempre quem nos representa, e se formos individualmente também que nos dê atenção, porque nós nos deparamos diariamente com tantas dificuldades, com tantas situações que constroem tanto a nós despachantes como os usuários, e nós não temos a quem recorrer, às vezes até falamos por telefone com o diretor, ele só nos diz que vai pôr em pauta, pôr em pauta e nunca chega a denominador comum, sempre em situação difícil. Mas quero já de antemão parabenizar a Mesa que já tomou providência em relação àquela taxa e outros assuntos mais.

Obrigado.

Mas o que me trouxe aqui, senhores, foi à indignação, a tristeza pela qual eu passei há dois dias quando me deparei com essa tal situação, na qual a gente vem trabalhando e de repente se depara com atos desse órgão, eu fico até entristecido quando eu falo atos deste órgão, porque eu trabalho com o DETRAN há mais de vinte anos, eu sempre me dediquei, sou de coração colaborador como os demais presidentes que por ali passaram, sempre nos chamam de companheiro, de parceiro, sempre nos convidam para as reuniões, e a gente participa. Eu fico triste porque eu não vejo atos do DETRAN... eu vi um funcionário, e a meu ver uma empresa privada cometendo esses atos. O que nos entristece como já foi dito, eu estou sendo até repetitivo trazendo dificuldades para os nossos familiares que trabalhamos há tanto tempo, nós que pegamos nossos investimentos depositamos tudo ali e vínhamos nos dedicando tanto a atender a clientela como o órgão e criação dos nossos filhos a nós mesmo nessa função. E de repente por um descuido, digo descuido, porque publicaram no Diário, sei lá, colocaram essa... não, não falo tanto da lei, que pela lei a gente tem que cumprir mesmo, somente essa não, que nós vimos que tem muitas coisas erradas, mas no certame em si, não ficou dois dias na internet, nós temos dificuldades com a internet, todo mundo sabe disso. Então, eu até fiquei surpreso, porque eu tenho uma amizade muito grande com os demais funcionários do DETRAN, aliás, com todos os funcionários do DETRAN e não fui informado porque final de junho, eu fui intimado pela Coordenadoria do DETRAN a realizar a renovação do credenciamento da minha fábrica de placas. Rapidamente juntei todas as certidões, paguei a taxa, fiz um requerimento e mandei para lá. De repente no

início de julho já me chega o processo, estava me devolvendo o processo comunicando que eu não seria mais necessário, que deveriam tomar outras providências futuras, e que eu seria informado obviamente e que até devolveriam o dinheiro. Eu nem sei se devolveram ou não. No mesmo mês já vem o certame eu não fiquei sabendo, ninguém me informou, aí eu perdi até a concorrência com o certame. Mas, o que me entristece é saber que nós temos um representante e ele diz que comunicou todo mundo, mas eu não fui informado. Além, de não ser informado, juro perante Deus, eu não fui informado e além de eu não ser informado, porque que justamente ele invadiu um espaço que eu lutei tanto, sofri tanto para conquistá-lo. Sabe por que eu fiquei entristecido? Eu acho que não precisa nesse mundo de meu Deus, gente, eu não tenho ambição, não tenho essa ansiedade de ter muitas coisas, muitos bens, não tenho, eu sou simples, gosto de ser simples, gosto de amizade, gosto de respeitar e tratar o meu semelhante como a mim mesmo. Agora, porque causar um problema? o que vão dizer meus funcionários quando chegarem? Vão se levantar, vão se dirigir ao trabalho, chegar lá as portas fechadas, eles têm seus filhos também. O que vou dizer aos meus filhos? tenho 05 filhos, e crio, educo com prazer, graças a Deus. O que vou dizer a eles que esse espaço que eu tanto galguei, através dele eu tiro o nosso sustento, foi invadido por uma pessoa apenas por ambição, uma pessoa que tem fábrica em todos os lugares do Estado.

Eu vejo que já está tarde, tem mais pessoas para falar e quero de antemão cumprimentar o Deputado Jean que fez as colocações precisas, a Mesa está fazendo, os demais Deputados que abraçaram a causa, que certamente vão nos defender. Quero agradecer de coração pela atitude que estão tomando, eu vim clamar pelo senso humanitarismo de todos e que eu sei que esses atos coerentes são peculiares aos senhores. Sei que os senhores não são como os demais que entristecem até o nosso País. O que nós ouvimos fere os nossos tímpanos. Ouvimos dia e noite em todos os noticiários as más notícias dessas grandes autoridades e hoje nos deparamos... tenho certeza que são pessoas que elegemos e que vão nos representar bem e que graças a Deus estão aqui.

Muito obrigado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado.
Iwaldir, seja bem objetivo.

O SR. IWALDIR ZONTA – Eu novamente, já cumprimentei a Mesa.

Eu quero só fazer algumas complementações sobre o que o Presidente falou no meu nome, e eu tenho que pedir o direito de falar novamente. Eu tenho um problema de saúde, eu tenho 05 pontes de safena, 04 angioplastias, 02 infartos e 06 cateterismos. Eu estava tratando de saúde quando essa Lei vigorou, quando eu cheguei eu tive problema numa certidão e eu liguei para o Presidente, realmente liguei para ele: “estou com problema de uma certidão”. Porque fui pego de surpresa também, estava tratando de saúde. Liguei para ele. Ele falou: “tem outra empresa para entrar que está tudo ok aqui os

problemas, está tudo certo você mandar a empresa". Eu arrumei uma empresa, mandei a outra empresa para cá. Chegou nele. Ele falou: "está tudo certo". Quando saiu agora o resultado, eu estava fora, eu estou fora dessa situação, fiquei fora. A minha fábrica foi descredenciada porque eu falei, nós temos há 14 anos, nós estamos descredenciados, não foi nos garantido o direito daquilo que temos o direito. E também não fomos informados sobre o que estava acontecendo. Quando o Presidente assumiu, nós fizemos uma reunião, ele disse que ia nos informar sobre tudo que estava acontecendo no DETRAN. A gente ligava para ele, ele dizia: "vai vir coisa boa aí para nós". Só dizia assim, nunca informou nada. Nós temos a vice-presidente aqui, a Dona Elenice, pediu uma carta para ele no dia 28 de julho, pedindo que ele fizesse uma reunião imediatamente comunicando aos fabricantes de placa que fizesse uma reunião para que nós soubéssemos do que estava sendo tratado. Isso foi ignorado. A Dona Elenice, como vice-presidente do Sindicato, ela está aí presente, não foi aceita a circunstância dela, pelo contrário, foi dito aqui para ela, até que estava tomando atitudes que não pertencia a nada, falando de outras coisas. Então, nós não fomos avisados do que estava acontecendo, do que realmente vinha acontecendo.

Agradeço ao Deputado que estava fazendo... a Mesa que tem nos defendido, aos Deputados que tem nos defendido sobre a nova Lei para nos garantir o direito de continuarmos fabricando placa para quem estava no mercado. Não sou contra entrar, entrou novas vagas, que outras empresas se credenciem, porque empresas foram credenciadas porque tinham o direito e o privilégio de informações para serem credenciadas. Como eu falei no começo, no mesmo dia se credenciou vinte e poucas empresas, no mesmo dia. Como que se tira todos esses papéis e no mesmo dia dá entrada de todos esses papéis?

Eu agradeço mais uma vez a oportunidade e tenho aqui na mão a carta que a Dona Elenice, vice-presidente do Sindicato escreveu e nós nunca tivemos, obtivemos uma informação do que estava acontecendo, do que iria vir, do que seria mudado na Lei, dos documentos que seriam precisos. E nós, antes disso, menos de 30 dias isso, eu recebi do DETRAN a relação para nós nos credenciarmos como fabricantes de placa. Dali uns dias recebemos do Presidente: "esquece esse papel do DETRAN porque vai sair outro". E o papel está aí comigo, eu tenho ali comigo, que o DETRAN nos mandou para nos credenciarmos, cada dois anos nós nos credenciávamos, estou ali com o papel, foi pedido muito mais documento dessa vez e nós não fomos informados do que daria direito para nossa informação.

Agradeço mais uma vez a oportunidade. Muito obrigado a todos. Agradeço em nome de vocês.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, Iwaldir. Agora nós vamos para o encaminhamento.
Deputado Cláudio Carvalho.

O SR. CLÁUDIO CARVAHO – Gente, é assim mesmo Audiência Pública, é demorado, é cansativo, mas só nas Audiências Públicas que acontecem às discussões populares e eu não tenho dúvidas de que hoje eu saio satisfeito, não com que esteja

bom, eu saio satisfeito não porque esteja a mil maravilhas, mas nós temos capacidade de mudar e essa capacidade não pode ser de uma pessoa só, essa capacidade Senhor Presidente... eu quero deixar propostas e a minha proposta é criar uma comissão aqui na Assembleia de Deputados que queiram participar dessa Comissão e eu me coloco à disposição para participar, técnicos da Casa e um grupo de pessoas. Temos que ver umas 03 ou 04 pessoas das categorias envolvidas para que possamos fazer um estudo da lei e o que é necessário mudar e elaborar uma proposta de Lei que vise diminuir o sofrimento de vocês.

Eu encerro aqui dizendo para vocês, que eu sou contra monopólio. Quando eu fui Secretário de Transporte, eu quebrei o monopólio dos táxis aqui em Porto Velho, para isso até tiro, eu recebi na porta da minha casa, mas não desisti porque eu não tenho medo de luta e se é necessário quebrar o monopólio se tem, vocês contem comigo para contribuir junto com vocês para que possamos fazer. Então, a proposta Senhor Presidente, é criar essa comissão, nós devemos incluir sim, eu falei todas as partes envolvidas, é claro que não, o DETRAN vai ter que estar envolvido até para explicar melhor, mas essa comissão vai ter que ter autonomia para que não fiquemos querendo... o DETRAN coloque a versão que ele quiser, é democrático, eu já conheço o João e sei da capacidade dele, vocês vão arguir a necessidade, que foi mandar esse Projeto de Lei para cá, que virou lei, e nós vamos ponderar com a necessidade do povo e fazer uma proposta de lei que vise atender a necessidade do DETRAN, da formalidade na capacidade de gestão, mas que vise principalmente diminuir também o preço dessas placas que hoje, no entendimento de vocês que trabalham, e já me falaram que dá para fazer até por menos de R\$100,00. Então, um dos vieses desta comissão, Deputada Glaucione, também é ver a capacidade de diminuir o valor para o usuário, porque é para isso que a Audiência Pública serve, é para dirimir todas as dúvidas, diminuir o conflito entre as pessoas envolvidas e as classes, mas principalmente para trazer uma vantagem para o povo que sofre cada dia mais com imposto. E aqui ficou provado, ficou provado que dá para fazer por bem menos, R\$180,00 e aí a nossa proposta é essa.

Contem conosco para ajudar vocês até o final e vamos vibrar e comemorar no dia que tiver uma nova lei que consiga trazer benefícios a todos vocês.

Obrigado a todos.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Estou conversando agora com o Manvailer. É o seguinte: pelo que o nosso técnico Manvailer está citando aqui, é o seguinte, para a gente Emendar a Lei, com certeza eles vão vetar, dizendo que é vício de iniciativa e a ideia do Manvailer aqui seria o seguinte: nós revogaríamos essa lei geral, revogaríamos a lei geral e isso já colocava... o Manvailer já preparava, na terça-feira, nós nos preparávamos para votar e já revogar na terça e aí essa Comissão de Deputados junto com o DETRAN e com vocês, a partir do momento que revogasse essa lei de junho, que foi aprovada em junho, que é um absurdo mesmo, essa lei, porque esse tipo de legislação aqui, para falar a verdade, no final ela vai ser ruim para todo mundo, até para o DETRAN e para as

empresas que estão se beneficiando hoje. Porque isso aqui não tem jeito, isso um dia vai dar Justiça, isso um dia vai ter condenação, vai ter processo, porque não está correto isso aqui, isso aqui realmente é uma vergonha, uma vergonha mesmo. o que tem que se fazer? Nós revogando, fica valendo como era antes. Porque a partir do momento que revoga, volta a valer o que era. Não é isso Manvailer? A partir do momento que ela sai, aí fica valendo o que era antes. Essa comissão discute uma nova proposta. Essa proposta tem que vir pelo Executivo, tem que ser discutida. O que ocorre também? O Manvailer está colocando aqui, que eles podem vetar a revogação, mas aí nós derrubamos o Veto. Então, pessoal, fica combinado isso, vamos propor para revogar a lei, vai ser proposto principalmente pelos Deputados que estão presentes aqui e, com certeza, nós vamos ter o apoio da maioria da Casa. Avisaremos vocês se será na próxima terça-feira, porque é bom que vocês estejam presentes. E a partir do momento da revogação volta o que era antes, mas o que era antes, se não era o ideal, cabe a todo mundo, junto com o DETRAN, porque essa proposta tem que vir do Executivo, tem que ser feito como deve ser feito sempre, discutido amplamente com todas as partes e achar a proposta que seja ideal, que seja bom para todo mundo, principalmente para a população. Nós queremos, no final dessa história toda, que os preços dessas placas diminuam. Isso é o que queremos. Fica mais ou menos isso, Deputado Cláudio. Nós vamos propor para revogar e a Assembleia já vai com o DETRAN e junto com vocês, já vão começar a discutir essa nova proposta, mas enquanto isso não vier, o novo projeto, vai ficar valendo a partir da revogação dessa lei atual, fica valendo a lei anterior. Pessoal, tem um lanche aí, vai ser servido a todos no Salão Nobre.

O Manvailer está dizendo que não tem lei anterior, parece que funcionavam as Portarias do DETRAN anterior, mas volta o que era antes da mesma forma, como era antes.

Obrigado a todos, agradeço todos da Mesa, e bom dia a todos.

Está encerrada a Audiência.

(Encerra-se esta sessão às 13 horas e 24 minutos)

SUP. DE RECURSOS HUMANOS

ERRATA

No Diário Oficial da Assembleia Legislativa nº 191, pag. 2152, publicado no dia 08 de dezembro de 2014, promovendo a seguinte alteração no ATO Nº0008/2014/SRH/MD/ALE.

ONDE SE LÊ:

ATO Nº0008/2014-SRH/MD/ALE

LEIA-SE:

ATO Nº0009/2014-SRH/MD/ALE

Porto Velho, 10 de dezembro de 2014.

Kelly Costa Lima
Superintendente/ SRH/ALE/RO

ADVOCACIA GERAL

EXTRATO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 004/2012

Processo Administrativo nº 0127/2012

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA – ALE/RO E A EMPRESA L.R. DOS SANTOS CONFECÇÕES.

OBJETO.: referente à prestação de serviços de lavagens nos veículos pertencentes à frota oficial da ALE/RO, em atendimento as necessidades da Divisão de Transporte deste Poder Legislativo/RO, conforme especificações e quantitativos descritos no Contrato originário.

PRAZO.: o prazo de 12 (doze) meses, a contar de 12 de dezembro de 2014 ultimando-se em 11 de dezembro de 2015.

VALOR.: será utilizado saldo restante e existente na Nota de Empenho n. 2014NE00576 para o exercício financeiro corrente, no valor correspondente à R\$ 20.850,00 (vinte mil e oitocentos e cinquenta reais).

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.: Fonte – 0100000000 - Evento – 400091 / UO – 1001 - Programa de Trabalho – 01122102020620000 - Elemento de Despesas – 339039 - Nota de Empenho - 2014NE00576 de 06/06/2014 (fls. 1316/1319).

Para firmeza e como prova do acordado, foi lavrado o presente termo aditivo, o qual depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelas partes aditantes às fls. 34 (trinta e quatro) do Livro de Registro de Termos Aditivos do ano de 2014 da Advocacia Geral.

Porto Velho, 03 de dezembro de 2014.

CONTRATANTE:

Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia
Deputado José Hermínio Coelho - Presidente
Maria Marilu do Rosário de B. Silveira – Secretária-Geral

CONTRATADA:

L.R. dos Santos Confeções - CNPJ/MF – 09.347.889/0001-52
Edilson Luiz Da Silva - Procurador

Visto: Celso Ceccatto – Advogado-Geral ALE/RO